



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Assembleia Nacional:

Secretaria-Geral.

Chefia do Governo:

Direcção dos Recursos Humanos e Assuntos Gerais.

Direcção-Geral da Administração Pública.

Ministério da Justiça:

Direcção-Geral da Administração.

Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território:

Gabinete da Ministra.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Procuradoria-Geral da República:

Conselho Superior do Ministério Público.

Município do Maio:

Câmara Municipal.

Município do Praia:

Assembleia Municipal.

Município de Ribeira Grande de Santiago:

Câmara Municipal.

Município de Santa Catarina de Santiago:

Assembleia Municipal.

ASSEMBLEIA NACIONAL

Secretaria-Geral

Despachos de S. Ex.^a o Primeiro Vice-Presidente da Assembleia Nacional por delegação de S. Ex.^a o Presidente da Assembleia Nacional:

De 14 de Fevereiro de 2011:

Maria Augusta Évora Tavares Teixeira, redactora de 1.^a classe, referência 14, escalão C, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, candidata classificada em concurso, promovida para redactora principal, referência 15, escalão C, nos termos do artigo 11.^o e da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 19.^o da Lei n.º 4/VI/2001, de 17 de Dezembro.

Jorge Isaiás Silva Garcia, redactor de 1.^a classe, referência 14, escalão C, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, candidato classificado em concurso, promovido para redactor principal, referência 15, escalão C, nos termos do artigo 11.^o e da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 19.^o da Lei n.º 4/VI/2001, de 17 de Dezembro.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no código 3.01.04.06 do orçamento privativo da Assembleia Nacional.

Gabinete do Secretário-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 16 de Fevereiro de 2011. – O Secretário-Geral, *Eutrópio Lima da Cruz*.

—o—

CHEFIA DO GOVERNO

Direcção de Recursos Humanos e Assuntos Gerais

Despacho de S. Ex.^a o Secretário-Geral do Governo:

De 27 de Dezembro de 2010:

Em conformidade com o despacho n.º 6/2006, de 29 de Julho, de S. Ex.^a a Ministra das Finanças e Administração Pública, Maria Alice Lacerda da Costa, oficial principal, referência 9, escalão H, do quadro da Direcção-Geral de Administração da Chefia do Governo, é nomeada, para, exercer em comissão ordinária de serviço as funções de técnica adjunta, referência 11, escalão B, desta Direcção, nos termos da disposição legal descrita no artigo 13.^o, n.º 4 da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 11.^o e alíneas *d*), e *e*) do n.º 3 do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro, artigo 28.^o n.º 1, alínea *a*), do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho.

Direcção dos Recursos Humanos e Assuntos Gerais da Chefia do Governo, na Praia, aos 10 de Janeiro de 2011. – A Directora, *Ana Monteiro*

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral da Administração Pública

Despachos de S. Ex.^a o Primeiro-Ministro ao abrigo do artigo 76.^o da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de Julho conjugado com a Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro:

De 29 de Novembro de 2010:

Maria Isabel Ribeiro Mendes Moniz, escriturária dactilógrafa, referência 2, escalão C, do quadro do pessoal do Ministério da Educação e Desporto – desligada de serviço para efeitos de aposentação antecipada, nos termos do n.º 1 do artigo 76.^o, da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de Julho conjugado com os n.ºs 1 e seguintes

do artigo 11.^o da Lei n.º 69/2009, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 243.084\$00 (duzentos e quarenta e três mil e oitenta e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.^o do Estatuto de Aposentação e Pensão de Sobrevivência, correspondente a 26 anos e 5 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Beneficia de um bónus no montante de 20% sobre o valor da pensão, nos termos do n.º 3 do artigo 11.^o do Decreto-Lei n.º 69/2009, de 30 de Dezembro.

Por despacho de 28 de Abril de 2010 do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, correspondente ao período de 4 anos 1 mês e 2 dias de serviço.

A dívida no montante de 63.964\$00 (sessenta e três mil, novecentos e sessenta e quatro escudos), poderá ser amortizada em 80 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 764\$00 e as restantes no valor de 800\$00.

Bernardo Tavares Borges, escriturário dactilógrafo, referência 2, escalão E, do quadro do pessoal do Ministério da Educação e Desporto – desligado de serviço para efeitos de aposentação antecipada, nos termos do n.º 1 do artigo 76.^o, da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de Julho conjugado com os n.ºs 1 e seguintes do artigo 11.^o da Lei n.º 69/2009, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 297.408\$00 (duzentos e noventa e sete mil, quatrocentos e oito escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.^o do Estatuto de Aposentação e Pensão de Sobrevivência, correspondente a 31 anos e 5 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Beneficia de um bónus no montante de 20 % sobre o valor da pensão, nos termos do n.º 3 do artigo 11.^o do Decreto-Lei n.º 69/2009, de 30 de Dezembro.

Por despacho de 25 de Novembro de 2010 do Director-Geral da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, correspondente ao período de 3 anos, 1 mês e 6 dias de serviço.

A dívida no montante de 61.789\$00 (sessenta e um mil, setecentos e oitenta e nove escudos), poderá ser amortizada em 100 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 618\$00 e as restantes no valor de 607\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 9 de Fevereiro de 2011.)

Despachos de S. Ex.^a o Secretário de Estado da Administração Pública, ao abrigo da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro:

De 30 de Dezembro de 2010:

Maria Augusta das Neves Gomes Semedo, professora primária, referência 3, escalão B, do Ministério da Educação e Desportos – desligada de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5.^o, n.º 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81.^o, n.º 2, do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão anual de 524.844\$00 (quinhentos e vinte e quatro mil, oitocentos e quarenta e quatro escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.^o do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

É alterado o despacho de S. Ex.^a o Secretário de Estado da Administração Pública, por delegação de S. Ex.^a a Ministra das Finanças, publicado no *Boletim Oficial* n.º 23/2008, de 25 de Junho.

João Baptista Gomes Borges ex-trabalhador da Empresa Nacional de Administração dos Portos (ENAPOR) – desligado de serviço para efeitos de aposentação nos termos do artigo 5.^o, n.º 2, alínea *a*) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, por ter sido declarado definitivamente incapaz para o exercício de

qualquer actividade profissional, de acordo com a opinião da Junta de saúde de Sotavento, emitida em sessão de 4 de Setembro de 2009 e homologada por despacho da Junta de S. Ex^a o Ministro da Saúde em 21 de Dezembro do mesmo ano, com direito a pensão anual de 60.000\$00 (sessenta mil escudos), sujeita a rectificação, calculada nos termos do artigo 15º, nº 4, do Decreto-Lei nº 69/2009, correspondente a 14 anos e 1 mês de serviço prestado ao Estado.

Por despacho de 2 de Novembro de 2010, do Director Nacional de Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente a 13 anos.

A dívida no montante de 130.900\$00 (cento e trinta mil e noventa escudos), poderá ser amortizada em 450 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 241\$00 e as restantes no valor de 291\$00

(Visados pelo Tribunal de Contas em 8 de Fevereiro de 2011:

Despachos da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 2 de Dezembro de 2010:

Orlando Raul Rodrigues de Pina, guarda, referência 1, escalão C, do quadro do Ministério da Saúde – desligado de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º nº 1, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº. 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito a pensão provisória anual de 216.288\$00 (duzentos e dezasseis mil, duzentos e oitenta e oito escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 4 de Fevereiro de 2011.)

De 6:

Ricardo Fernandes, secretário judicial, referencia 4, escalão B, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, aposentado definitivamente, conforme publicação feita na II Série de *Boletim Oficial*. nº 1/2009, de 14 de Janeiro – é alterada a referida pensão, nos termos da alínea a) artigo 59º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº. 61/III/89, de 30 de Dezembro, passando o seu valor anual para 1.760.196\$00 (um milhão, setecentos e sessenta mil, cento e noventa e seis escudos), correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 7 de Outubro de 2003 do Director substituto da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, referente ao período de 3 anos e 2 meses.

O montante em dívida no valor de 66.056\$00, (sessenta e seis mil, cinquenta e seis escudos) poderá ser descontado em 35 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.898\$00 e as restantes de 1.887\$00

Sobre o montante acima referido já foram descontados 24.032\$00, (vinte quatro mil, trinta e dois escudos), ficando por descontar 56 prestações.

Por despacho do Director-Geral da Contabilidade Pública, de 11 de Junho de 2008, foi deferido o pedido de pagamento da Taxa Social Única de acordo com o artigo 70º, nº 2, do Decreto-Lei nº 13/2006, de 13 de Fevereiro do Estatuto dos Oficiais de Justiça, no montante de cinquenta e seis mil, quinhentos e trinta e nove escudos, deverá ser amortizada em vinte prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira e as restantes no valor de 2.804\$00.

Visado pelo Tribunal de Contas, em 1 de Fevereiro de 2011).

Fica sem efeito a publicação de despacho de fixação de pensão feita no *Boletim Oficial*. II Serie nº 1/09 de 14 de Janeiro.

Carlos Alberto Lopes Tavares, operário qualificado, referência 7, escalão E, do Ministério das Infraestruturas, Transportes e Comunicações – desligado de serviço, para efeitos de aposentação antecipada, conforme a publicação no *Boletim Oficial* nº 37, II Série, de 15 de Setembro de 2010, concedida aposentação definitiva, nos termos do artigo 75º, da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho, conjugado com a alínea a) nº 1, do artigo 10º, da Lei nº 69/2009, de 30 de Dezembro, com direito a pensão anual de 442.248\$00, (quatrocentos e quarenta e dois mil, duzentos e quarenta e oito escudos), calculada de conformidade com o artigo 37º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, e com observância ao artigo 57º, ambos do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho do Director de Serviço da Contabilidade Pública, de 20 de Novembro de 2006, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso, para compensação de aposentação.

A dívida no montante de 913.212\$00 (novecentos e treze mil, duzentos e doze escudos) deverá ser amortizada em 500 prestações, mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 2.038\$00 e as restantes no valor de 1.826\$00.

João Piedade Silva, ex-trabalhador da Empresa Nacional de Administração dos Portos (ENAPOR) desligado de serviço para efeitos de aposentação nos termos do artigo 5º, nº 2, alínea a) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, por ter sido declarado definitivamente incapacitado para o exercício de qualquer actividade profissional, de acordo com a opinião da Junta de saúde de Sotavento, emitida em sessão de 26 de Agosto de 2009 e homologada por despacho de S. Ex^a o Ministro da Saúde em 8 de Dezembro do mesmo ano, com direito a pensão anual de 60.000\$00 (sessenta mil escudos), sujeita a rectificação, calculada em conformidade com o artigo 15º, nº 4, do Decreto-Lei nº 69/2009, de 30 de Dezembro e artigo 37º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 11 anos e 10 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 7 de Setembro de 2010, do Director Nacional de Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente a 11 anos, 1 mês e 25 dias.

A dívida no montante de 112.300\$00 (cento e doze mil e trezentos escudos), poderá ser amortizada em 350 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 271\$00 e as restantes no valor de 321\$00.

De 7:

Ercília Mendes de Brito, professora primária, referência 3, escalão C, do Ministério da Educação e Desportos – desligada de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º, nº 2, do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão anual de 515.304\$00 (quinhentos e quinze mil, trezentos e quatro escudos) sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho do Director-Geral da Contabilidade Pública, de 14 de Agosto de 2007, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente a 10 anos, 8 meses e 23 dias.

A dívida no montante de 187.863\$00 (cento e oitenta e sete mil, oitocentos e sessenta e três escudos) deverá ser amortizada em 120 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.509\$00 e as restantes no valor de 1.566\$00.

É alterado o despacho da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública, publicado na II Série do *Boletim Oficial* nº 49/2009, de 23 de Dezembro.

Maria da Conceição Correia Mendes Filipe de Sousa, professora do ensino secundário referência 8, escalão B, do Ministério da Educação e Desporto, exercendo por destacamento as funções de Directora da Residência Estudantil “Madre Teresa de Calcutá” – desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5.º n.º 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81.º n.º 2 do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 1.148.280\$00 (um milhão, cento e quarenta e oito mil, duzentos e oitenta escudos) sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 30 anos e 9 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública de 18/10/2010, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, correspondente a 3 anos, 7 meses e 25 dias.

Do montante em dívida no valor de 285.255\$00 (duzentos e oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco escudos), já foi liquidada a quantia de 11.390\$00, ficando por amortizar o valor de 184.755\$00 em 270 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 922\$00 e as restantes de 1.057\$00.

De 16:

Maria Filomena Barros Martins, escriturária-dactilógrafa referência 2, escalão I, do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário – desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5.º n.º 2, alínea b), do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 330.804\$00 (trezentos e trinta mil, oitocentos e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, de 19 de Abril de 2010, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 14 anos, 9 meses e 27 dias

A dívida no valor de 149.276\$00 (cento e quarenta e nove mil, duzentos e setenta e seis escudos), poderá ser amortizada em 180 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 885\$00 e as restantes no valor de 829\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 4 de Fevereiro de 2011.)

De 20:

Maria Emília Araújo Teixeira, ajudante dos serviços gerais, referência 1, escalão C do quadro privativo do Hospital Dr. Agostinho Neto – desligada de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos da alínea a) n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 69/2009, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 75.º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de Julho, com direito a pensão provisória anual de 291.792\$00 (duzentos e noventa e um mil, setecentos e noventa e dois escudos), calculada de conformidade com o artigo 37.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

É alterado o despacho da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública, publicado na II Série do *Boletim Oficial* n.º 41/2009, de 13 de Outubro.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 31 de Janeiro de 2011).

De 12 de Janeiro de 2011:

José Tavares, ex-trabalhador da Cabo Verde Telecom, aposentado nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea a), do Estatuto de Aposentação

e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, por ter sido considerado incapacitado para o exercício da sua actividade profissional, de acordo com o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 24 de Janeiro de 2010 e homologado por despacho de S. Ex.ª o Ministro do Estado e da Saúde em 7 de Setembro do mesmo ano, com direito a pensão anual de 60.000\$00 (sessenta mil escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo Estatuto, correspondente a 12 anos e 3 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 25 de Novembro de 2004, do Director Nacional de Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente a 3 meses e 10 meses.

A dívida no montante de 33.831\$00 (trinta e três mil, oitocentos e trinta e um escudos), deverá ser amortizada em 100 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 369\$00 e as restantes no valor de 338\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 8 de Fevereiro de 2011:)

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no Cap. 30.20, Div. 04, Cód. 03.05.03.01.01 do Orçamento vigente.

Despachos do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, por delegação de S. Ex.ª a Ministra das Finanças:

De 27 de Dezembro de 2010:

Maria Celina Pina Araújo Rodrigues, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Manuel Raúl José Rodrigues, que foi guarda aposentado, falecido a 10 de Setembro de 2010 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º e 70.º, n.º 1, alínea d) da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor, no valor anual de 83.916\$00 (oitenta e três mil, novecentos e dezasseis escudos), conforme a discriminação seguinte:

Viúva..... 83.916\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 10 de Setembro de 2010, de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Margarida Monteiro Silva, na qualidade de conjugue sobrevivente de Manuel Livramento Lopes, que foi chefe de trabalho principal, aposentado, falecido a 28 de Maio de 2010 - fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º e 70.º, n.º 1, alínea d) da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor, no valor anual de 208.956\$00 (duzentos e oito mil, novecentos e cinquenta e seis escudos), conforme a discriminação seguinte:

Viúva..... 208.956\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 28 de Maio de 2010, de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Maria Isabel Corney Cabral, na qualidade de filha maior de Marirosa Corney Garcia que foi técnico superior referência 14, escalão B, do Ministério da Saúde, falecido a 27 de Abril de 2010 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º e 70.º, n.º 1, alínea d) da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor, no valor anual de 169.296\$00 (cento e sessenta e nove mil, duzentos e noventa e seis escudos), conforme a discriminação seguinte:

Filha..... 169.296\$00

Tem a pagar a quantia de 502.004\$00 de quotas em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência e sobrevivência que serão amortizadas em 361 prestações sendo a primeira prestação no valor de 1.244\$00 e os restantes no valor de 1.391\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 27 de Abril de 2010, de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

António Miguel Almeida Cabral, na qualidade de conjugue sobrevivivo de Marirosa Corney Garcia que foi técnico superior referência 14, escalão B, do Ministério da Saúde, falecido a 27 de Abril de 2010 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º, nº. 1, alínea *d*) da Lei nº. 61/III/89, de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor, no valor anual de 169.296\$00 (cento e sessenta e nove mil, duzentos e noventa e seis escudos), conforme a discriminação seguinte:

Viúvo..... 169.296\$0

Tem a pagar a quantia de 502.004\$00 de quotas em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência e sobrevivência que serão amortizadas em 361 prestações sendo a primeira prestação no valor de 1.244\$00 e os restantes no valor de 1.391\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 27 de Abril de 2010, de acordo com o artigo 80º do Estatuto de aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Idalina Burgo Gonçalves, na qualidade de mãe representante de 2 (dois) filhos menores de António Gomes Fonseca, que foi subchefe referência 5, escalão B, aposentado, falecido a 6 de Agosto de 2009 - fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º, nº. 1, alínea *d*) da Lei nº. 61/III/89, de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a favor dos filhos menores, no valor anual de 405.744\$00 (quatrocentos e cinco mil, setecentos e quarenta e quatro escudos), conforme a discriminação seguinte:

Filhos:

Jelson Daniel Gonçalves Fonseca..... 202.872\$00

Elton António Gonçalves Fonseca 202.872\$00

Esta pensão beneficia dos aumentos legais do artigo 82º, da Lei nº. 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 15º do Decreto-Lei nº. 69/2009, de 30 de Dezembro.

Este despacho produz efeitos a partir de 6 de Agosto de 2009, de acordo com o artigo 80º do Estatuto de aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 3 de Fevereiro de 2011).

Maria Páscoa Lopes dos Santos, na qualidade de cônjuge sobrevivivo de Euclides dos Santos, que foi técnico profissional da Empresa Nacional de Administração dos Portos, aposentado, falecido a 24 de Junho de 2010 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º, nº. 1, alínea *d*) da Lei nº. 61/III/89, de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor, no valor anual de 36.000\$00 (trinta e seis mil escudos), conforme a discriminação seguinte:

Viúva..... 36.000\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 24 de Junho de 2010, de acordo com o artigo 80º do Estatuto de aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Angélica de Andrade, na qualidade de conjugue sobrevivivo de Alírio Rodrigues Pereira, que foi professor primário referência 3, escalão C, falecido a 18 de Maio de 2010 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º, nº. 1, alínea *d*) da Lei nº. 61/III/89, de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor, no valor anual de 300.852\$00 (trezentos mil, oitocentos e cinquenta e dois escudos), conforme a discriminação seguinte:

Viúva..... 300.852\$00

Tem a pagar a quantia de 136.413\$00 de quotas em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência e sobrevivência que serão amortizadas em 60 prestações sendo a primeira prestação no valor de 2.247\$00 e os restantes no valor de 2.274\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 18 de Maio de 2010, de acordo com o artigo 80º do Estatuto de aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Rosa Maria Lima Dias, na qualidade de conjugue sobrevivivo e mãe representante de 2 (dois) filhos menores de Feliciano Pedro Dias, que foi guarda prisional principal, falecido a 15 de Outubro de

2008 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º, nº. 1, alínea *d*) da Lei nº. 61/III/89, de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor, no valor anual de 144.840\$00 (cento e quarenta e quatro mil, oitocentos e quarenta escudos), conforme a discriminação seguinte:

Viúva..... 72.840\$00

Filhos:

Hélio do Rosário Lima Dias 36.000\$00

Dalvina Lima Dias 36.000\$00

Tem a pagar a quantia de 216.903\$00 de quotas em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência e sobrevivência que serão amortizadas em 188 prestações sendo a primeira prestação no valor de 1.105\$00 e os restantes no valor de 1.154\$00.

Esta pensão beneficia dos aumentos legais do artigo 82º, da Lei nº. 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 12º do Decreto-Lei nº. 46/2008, de 19 de Dezembro e artigo 15º. do Decreto-Lei nº. 69/2009, de 30 de Dezembro.

Este despacho produz efeitos a partir de 15 de Outubro de 2008, de acordo com o artigo 80º do Estatuto de aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Liliana Rendal Lima Dias, na qualidade de filha maior de Feliciano Pedro Dias, que foi guarda prisional principal, falecido a 15 de Outubro de 2008 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º, nº. 1, alínea *d*) da Lei nº. 61/III/89, de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor, no valor anual de 36.000\$00 (trinta e seis mil escudos), conforme a discriminação seguinte:

Filha..... 36.000\$00

Tem a pagar a quantia de 72.301\$00 de quotas em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência e sobrevivência que serão amortizadas em 220 prestações sendo a primeira prestação no valor de 250\$00 e os restantes no valor de 329\$00.

Esta pensão beneficia dos aumentos legais do artigo 82º, da Lei nº. 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 12º do Decreto-Lei nº. 46/2008, de 19 de Dezembro e artigo 15º. do Decreto-Lei nº. 69/2009, de 30 de Dezembro.

Este despacho produz efeitos a partir de 15 de Outubro de 2008, de acordo com o artigo 80º do Estatuto de aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Porfíria Júlia Silva, na qualidade de conjugue sobrevivivo de Raúl Euclides Gonçalves, que foi ajudante de serviços gerais, aposentado, falecido a 28 de Dezembro de 2009 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º, nº. 1, alínea *d*) da Lei nº. 61/III/89, de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor, no valor anual de 127.416\$00 (cento e vinte e sete mil, quatrocentos e dezasseis escudos), conforme a discriminação seguinte:

Viúva..... 127.416\$00

Esta pensão beneficia dos aumentos legais do artigo 82º, da Lei nº. 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 15º. Do Decreto-Lei nº. 69/2009, de 30 de Dezembro.

Este despacho produz efeitos a partir de 28 de Dezembro de 2009, de acordo com o artigo 80º do Estatuto de aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Raúl Jesus Lopes Gonçalves, na qualidade de tutor legal do irmão e filho menor de Raúl Euclides Gonçalves, que foi sargento-ajudante, aposentado, falecido a 31 de Janeiro de 2010 - fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º, nº. 1, alínea *d*) da Lei nº. 61/III/89, de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a favor do filho menor, no valor anual de 402.276\$00 (quatrocentos e dois mil, duzentos e setenta e seis escudos), conforme a discriminação seguinte:

Filhos:

Luís Miguel Lopes Semedo Gonçalves 402.276\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 31 de Janeiro de 2010, de acordo com o artigo 80º do Estatuto de aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 4 de Fevereiro de 2011).

De 28:

Izandra Helena de Brito Sapinho, na qualidade de filha maior de Romualdo Augusto Santos Sapinho, aposentado, falecido a 8 de Janeiro de 2009 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º e 70.º, n.º 1, alínea *d*) da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor, no valor anual de 47.364\$00 (quarenta e sete mil, trezentos e sessenta e quatro escudos), conforme a discriminação seguinte:

Filha 47.364\$00

Esta pensão beneficia dos aumentos legais do artigo 82.º, da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 69/2009, de 30 de Dezembro.

Este despacho produz efeitos a partir de 08 de Janeiro de 2009, de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Dilma Patrícia Mota de Pina, na qualidade de representante da filha maior de Alfredo de Pina Fernandes pede revisão da habilitação da pensão, ao abrigo do disposto no artigo 59.º, alínea *a*), conjugado com o disposto no artigo 77.º, n.º 3 – fixado no *Boletim Oficial* n.º 49, de 8 de Agosto de 2010, uma pensão de sobrevivência a seu favor, no valor anual de 40.980\$00 (quarenta mil, novecentos e oitenta escudos), conforme a discriminação seguinte:

Filha 40.980\$00

Tem a pagar a quantia de 41.270\$00 de quotas em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência e sobrevivência que serão amortizadas em 120 prestações sendo a primeira prestação no valor de 334\$00 e os restantes no valor de 344\$00.

Este despacho produz efeitos a partir da data da publicação no *Boletim Oficial*, de acordo com o artigo 41.º do Estatuto de aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Judite Mendes Semedo, na qualidade de representante da filha menor de Alfredo de Pina Fernandes pede revisão da habilitação da pensão, ao abrigo do disposto no artigo 59.º, alínea *a*), conjugado com o disposto no artigo 77.º, n.º 3 – fixado no *Boletim Oficial* n.º 49, de 8 de Agosto de 2010, uma pensão de sobrevivência a seu favor, no valor anual de 40.980\$00 (quarenta mil, novecentos e oitenta escudos), conforme a discriminação seguinte:

Filha

Maria Teresa Mendes de Pina..... 40.980\$00

Tem a pagar a quantia de 41.270\$00 de quotas em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência e sobrevivência que serão amortizadas em 120 prestações sendo a primeira prestação no valor de 334\$00 e os restantes no valor de 344\$00.

Este despacho produz efeitos a partir da data da publicação no *Boletim Oficial*, de acordo com o artigo 41.º do Estatuto de aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 4 de Fevereiro de 2011).

Celestina Sanches Martins, na qualidade de unido de facto e mãe representante de dois filhos menores de Hilário Horta Costa, pede a revisão da habilitação da pensão ao abrigo do disposto no artigo 77.º n.º 3 fixado no *Boletim Oficial* n.º 39, de 15 de Outubro de 2008, uma pensão de sobrevivência a seu favor e dos filhos menores, no valor anual de 261.792\$00 (duzentos e sessenta e um mil, setecentos e noventa e dois escudos), conforme a discriminação seguinte:

Viúva..... 130.896\$00

Filhos:

Eddy Hilário Sanches Horta..... 65.448\$00

Dulcelino Cidália Sanches da Costa..... 65.448\$00

Tem a pagar a quantia de 484.029\$00 quota em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência e sobrevivência que serão amortizadas em 223 prestações sendo a primeira prestação no valor de 2.067\$00 e os restantes no valor de 2.171\$00.

Este despacho produz efeitos a partir da data da publicação no *Boletim Oficial*, de acordo com o artigo 41.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Arciolinda Maria Almeida Silva, na qualidade de unido de facto e mãe representante do filho menor de Arcidres Renato Lopes dos Santos, pede a revisão da habilitação da pensão ao abrigo do disposto no artigo 59.º, alínea *a*), conjugado com o disposto no artigo 77.º, n.º 3, fixado no *Boletim Oficial* n.º 32, de 16 de Agosto de 2007, uma pensão de sobrevivência a seu favor no valor anual de 273.552\$00 (duzentos e setenta e três mil, quinhentos e cinquenta e dois escudos), conforme a discriminação seguinte:

Viúva..... 136.776\$00

Filho:

Renato Almeida Silva Pinto Costa..... 136.776\$00

Este despacho produz efeitos a partir da data da publicação no *Boletim Oficial*, de acordo com o artigo 41.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 3 de Fevereiro de 2011).

As despesas têm cabimento na verba da Org.10.12, Div. 15-cl. 3.05.03.01.02 do Orçamento vigente do Ministério das Finanças e Administração Pública.

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, aos 18 de Fevereiro de 2011. – O Director-Geral, *Gerson Soares*.

—oço—

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração

Despacho conjunto de S. Ex.ªs a Ministra da Justiça e o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 1 de Maio de 2010:

Jorge Lopes Borges, técnico superior, referência 14, escalão A, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração Pública e da Secretaria de Estado da Administração Pública, requisitado, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 3.º, n.ºs 1 e 3 do Decreto-Legislativo n.º 3/95, de 20 de Junho, 8.º, n.ºs 1, 3, e 4, in fine e 7, do Decreto-Lei n.º 54/09, de 7 de Dezembro, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de assessor da Ministra da Justiça, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2010.

Direcção de Serviço dos Recursos Humanos da Direcção-Geral da Administração do Ministério da Justiça, na Praia, 10 de Fevereiro de 2011. – O Director, *Filipe de Carvalho*

—oço—

MINISTÉRIO DA DESCENTRALIZAÇÃO, HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Gabinete da Ministra

Despacho de S. Ex.ª a Ministra da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território:

De 1 de Janeiro de 2011:

Arlindo Sousa Sanches, nomeado em comissão ordinário de serviço, para exercer o cargo de assessor da Ministra da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território, ao abrigo das disposições

conjugadas dos artigos 2º e 3º, nºs 1 e 3 do Decreto-Legislativo n.º 3/95, de 20 de Junho e 14º alínea b), de Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011.

Carlos Alberto dos Santos Tavares, nomeado em comissão ordinário de serviço, para exercer o cargo de assessor da Ministra da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 2º e 3º, nºs 1 e 3 do Decreto-Legislativo n.º 3/95, de 20 de Junho e 14º alínea b), de Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2010.

Os encargos correspondentes serão suportados pela verba inscrita na classificação económica 03.01.01.01 - pessoal do quadro especial, do Gabinete da Ministra da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território.

Gabinete da Ministra da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território, na Praia, aos 1 de Janeiro de 2011. – O Director, *Elson Benjamin dos Santos*.

**Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão**

Despacho de S. Ex^a a Ministra do Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território:

De 3 de Janeiro de 2011:

É concedido a Salomão Sanches Furtado, técnico superior de primeira, referência 14 escalão C, do quadro da Direcção-Geral da Descentralização e Administração Local (DGDAL), licença sem vencimento por um período de 1 (um) ano, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 44.º, 45.º n.º 1 alínea b) e 48.º, todos do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território, na Praia aos 3 de Janeiro de 2011. – A Directora-Geral, *Sandra Maria L. F. M. de Oliveira*.



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Conselho Superior do Ministério Público

RECTIFICAÇÃO

Por erro da administração foi publicado de forma inexacta a lista de antiguidade dos Magistrados do Ministério Público, pelo que publica-se de novo:

LISTA DE ANTIGUIDADE DOS MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO COM REFERÊNCIA A 31.12. 2010

1	PROCURADORES DA REPÚBLICA	Início de Funções	Interrupções	Tempo na categoria		
				A	M	D
1.1	PROCURADOR DA REPÚBLICA AJUDANTE DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA					
	1. HENRIQUE MONTEIRO	15-04-77	De 31/01/80 a 31/01/85 ^A	7	7	16
	2. FRANKLIN AFONSO FURTADO ¹	16/11/93		2	2	21
	3. JOÃO PINTO SEMEDO ²	04/05/98	De 07/10/09 a 22/11/09	1	8	20
1.2	PROCURADOR DA REPÚBLICA DE 1ª CLASSE					
	1. MANUEL FILIPE SOARES	15/07/76	De 01/11/86 a 31/07/92 ^A	16	5	20
	2. BOAVENTURA JOSÉ DOS SANTOS ³	01/07/76	De 01/10/85 a 06/10/91 ^A	16	5	14
	3. OTELINDO LEVY RIVERA DE JESUS	04/05/82	De 01/10/87 a 02/03/93 ^B	9	7	22
	4. LUIS JOSÉ TAVARES LANDIM ⁴	17/10/90	A partir de 01/03/2010	2	11	-
	5. EVANDRO DE ASSUNÇÃO LOPES DE CARVALHO	22/10/92		1	-	-
1.3	PROCURADOR DA REPÚBLICA DE 2ª CLASSE					
	1. ARLINDO LUIS PEREIRA FIGUEIREDO E SILVA ⁵	01/06/92	A partir de 12/12/2009 ^C	9	2	3
	2. BALTAZAR RAMOS MONTEIRO ⁶	12/01/93	A partir de 01/10/2008 ^C	7	4	22
	3. ALCINDO JÚLIO SOARES ⁷	01/04/98		5	1	6
	4. VICENTE TIMÓTEO GOMES SILVA	03/10/95		5	1	6
	5. HENRIQUE SOARES TEIXEIRA	03/05/99		5	1	6
	6. FELISMINO GARCIA CARDOSO ⁸	03/10/95	A partir de 01/03/2008 ^C	4	11	21
	7. LISETE CELESTE BRITO BARBOSA NEVES ⁹	01/12/99		4	8	3
	8. ÓSCAR SILVA DOS REIS TAVARES ¹⁰	15/12/99		4	8	3
9. ALBERTINO DA SILVA MENDES	15/12/99		4	8	3	

	10. CARLOS SILVA GOMES	11/05/88	De 30/04/96 a 30/11/2000 ^B	1	7	3
	11. ANTÓNIO MARIA MARTINS CLARET	02/04/01		1	7	3
	12. KYLLY SAMHAÁ ALMADA FERNANDES	02/04/01		1	7	3
	13. ANTÓNIO PEDRO LOPES BORGES	04/11/02		1	7	3
	14. MARA RESENDE DANTAS DOS REIS	02/12/02		1	7	3
	PROCURADOR DA REPÚBLICA DE 3ª CLASSE					
1.4	1. JÚLIO CÉSAR MARTINS TAVARES ¹¹	04/05/98	A partir de 01/09/10	12	7	28
	2. JOSÉ CARLOS LOPES CORREIA ¹²	01/10/03		7	3	-
	3. PATRÍCIO MONTEIRO VARELA	15/10/03		7	2	17
	4. RAQUEL MONTEIRO FERNANDES	15/04/05		5	8	16
	5. JOÃO FÉLIX RODRIGUES CARDOSO ¹³	15/04/05		5	4	16
	6. MANUEL DO ESPIRITO SANTO SEMEDO DOS REIS	15/12/05		5	-	17
	7. VITAL DOS SANTOS MOEDA, FILHO	01/02/06		4	11	-
	8. ANTÓNIO BIBIANO VARELA	02/10/89	De 01/11/96 até 28/04/04 ^B	4	2	26
	9. CARLA VIEIRA SOUTO GONÇALVES	06/10/06		4	2	26
	10. OSMAR JOSÉ BORGES DOS SANTOS	03/12/07		3	-	29
	11. EURÍDICE FERNANDES PINA DIAS CARVALHO	12/12/07		3	-	20
	12. CARLOS MANUEL DE PINA M. FURTADO	12/12/07		3	-	20
	13. VERA LÚCIA DE JESUS ANDRADE NOGUEIRA	01/10/08		2	3	-
	14. MARA SANIRA TEIXEIRA GOMES	01/10/08		2	3	-
	15. MANUEL ANTÓNIO LIVRAMENTO DA LOMBA	01/10/08		2	3	-
	16. INISABEL DE BARROS MARQUES	07/05/09		1	7	25
	17. FELISBERTO HO CHI MINH FERNANDES VARELA ROBALO	07/05/09		1	7	25
	18. MARIA FLORA LOPES	29/05/09		1	7	2
	19. DANIEL HOSTELINO ALVES MONTEIRO	29/05/09		1	7	2
	20. DULCELINA SANCHES ROCHA	01/11/09	1	2	-	
	21. MARIA ONILDA MONTEIRO SILVA	01/11/09	1	2	-	
	22. FRANCISCA MASCARENHAS LOPES	05/11/10	-	1	26	
	23. VICTOR GUILHERME GOMES DOS SANTOS	05/11/10	-	1	26	
	24. ELISA SOLANGE GOMES MENDES	28/12/10	-	-	4	
	25. ANTÓNIO MENDES MOREIRA	28/12/10	-	-	4	
	26. BELMIRO BATALHA LOPES	28/12/10	-	-	4	
	27. NEREIDA SIMONE DO ROSÁRIO DA LUZ	28/12/10	-	-	4	
	28. ANTÓNIO SEBASTIÃO DE SOUSA	28/12/10	-	-	4	
	29. NUELI MARGARETE MONTEIRO DUARTE	28/12/10	-	-	4	

2	DELEGADOS DO PROCURADOR DA REPÚBLICA					
	DELEGADO DO PROCURADOR DA REPÚBLICA PRINCIPAL					
2.1	1. PAULINO RODRIGUES	01/08/78		12	3	-
	2. ADELAIDE SILVA	01/02/84		6	9	-
	3. ARTUR BORGES SILVA	28/04/88		2	9	-
	4. LÁZARO LOPES ROCHA	12/05/88		2	9	-
	5. MANUEL JOSÉ MENDES GONÇALVES	01/08/88		4	9	-
	DELEGADO DO PROCURADOR DA REPÚBLICA DE 1ª CLASSE					
2.2	1. JOÃO ALBERTO BARROS TAVARES	14/04/88	De 16/07/98 a 15/04/99	4	9	-

OBS: A categoria actual dos Magistrados tem como base a antiguidade no cargo a 1 de Janeiro de 1996, data da entrada em vigor da Lei nº 136/IV/95, de 03 de Julho – ESTATUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO-

¹Licença sem vencimento para exercício de funções no quadro da Missão da ONU em Timor Leste.
²Licença sem vencimento para exercício de funções em Organismo Internacional (PNUD – República Democrática de São Tomé e Príncipe).
³Em comissão ordinária de serviço a exercer funções de Inspector do Conselho Superior do Ministério Público.
⁴Licença sem vencimento para exercício de funções no quadro da Missão da ONU em Timor Leste.
⁵Licença sem vencimento para exercício de funções no quadro da Missão da ONU em Timor Leste.
⁶Licença sem vencimento para exercício de funções no quadro da Missão da ONU em Timor Leste.
⁷A exercer funções de Procurador-Geral Adjunto
⁸Licença sem vencimento para exercício de funções no quadro da Missão da ONU em Timor Leste.
⁹A exercer funções de Procuradora-Geral Adjunto.
¹⁰Licença sem vencimento para exercício de funções no quadro da Missão da ONU em Timor Leste.
¹¹A exercer mandato nas funções de Procurador-Geral da República
¹²Procurador-Geral Adjunto de 23 de Fevereiro de 2009 a 17 de Setembro de 2009 e Director Nacional da Polícia Judiciária a partir de 18 de Setembro de 2009.
¹³Licença sem vencimento pelo período de um (1) ano.

^ATempo em que estiveram na situação de licença especial sem vencimento para efeitos de estudo.
^BTempo em que estiveram na situação de licença de longa sem vencimento.
^CArtigo 59º nº 2 do Dec.Leg. nº 3/93, de 5 de Abril.
^DMudança para a Magistratura Judicial.

Secretária do Conselho Superior do Ministério Público, na Praia, aos 21 de Fevereiro de 2011. – O Secretário, *José Luis Varela Marques*

—o§o—
MUNICÍPIO DO MAIO

Câmara Municipal

Despacho de S. Exª o Presidente da Câmara Municipal do Maio:
 De 10 de Dezembro de 2010:

Antonita Inês Vieira, licenciado em biologia, candidata seleccionada em concurso, contratada a termo, para exercer o cargo de técnico superior, referência 13, escalão A, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 28º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

O encargo tem cabimento na dotação inscrita no código 03.01.01.03 do orçamento municipal em vigor, da Divisão de Ambiente e Saneamento. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 26 de Janeiro de 2011).

Câmara Municipal do Maio, aos 4 de Fevereiro de 2011. – O Presidente, *Manuel Ribeiro*.

—o§o—
MUNICÍPIO DA PRAIA

Assembleia Municipal

DELIBERAÇÃO N.º 15/2010

QUE APROVA O PLANO DE ACTIVIDADES DO MUNICÍPIO DA PRAIA PARA O ANO 2011

A Assembleia Municipal, reunida em Sessão Ordinária, deliberou, aprovar o Plano de Actividades do Município da Praia para o ano 2011,

com 10 votos a favor do Grupo de Deputados Municipais do MpD, 9 votos contra do Grupo de Deputados Municipais do PAICV e 1 abstenção do Deputado José Joaquim dos Santos Barbosa, e ao abrigo da alínea b), do nº 2, e do nº 3 do artigo 81º do Estatuto dos Municípios, Lei nº 134/IV/95,

Artigo 1º

(Aprovação)

É aprovado o Plano de actividades do Município da Praia para o ano de 2011.

Artigo 2º

(Anexos)

O Plano de Actividades vai publicado em anexo à presente deliberação, de que faz parte integrante.

Artigo 3º

(Entrada em vigor)

A presente deliberação entra imediatamente em vigor.

PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2011

O Plano de Actividades para 2011 orienta-se pelas grandes opções e políticas definidas no Programa de Governação do Município da Praia para o período 2008/2012 e que está dividido em três programas:

- a) **Políticas Urbanas de Desenvolvimento** que visa promover a segurança, a autoridade municipal, a economia da cidade, a cultura e a inclusão social, resolver os problemas do saneamento e desenvolver o sistema de transportes urbanos e inter-urbanos;
- b) **Ordenamento do Território Municipal** que visa reforçar a capacidade da Câmara Municipal da Praia (CMP) em

termos de planeamento, regulamentação, fiscalização e ainda a requalificação urbana de forma a integrar os bairros e as ribeiras na normalidade do desenvolvimento urbano da cidade;

- c) **Gestão Democrática e Transparente** que tem como principais objectivos assegurar uma governação com transparência e em obediência aos princípios do primado da lei, colocar a Câmara Municipal mais próxima dos cidadãos e inserir a Praia na rede das principais capitais e cidades mundiais.

A coerência e a consistência da execução dessas orientações avaliam-se pelos resultados que a actual equipa camarária vem desenvolvendo desde meados de 2008 e que se sintetiza nos seguintes:

I – Acções e investimentos dirigidos à população mais carenciada

O programa de governação municipal definiu como directriz, focalizar as políticas sociais viradas para as famílias, tendo em conta a diversidade das situações familiares e os diversos graus de vulnerabilidade social e objectivando a inclusão e a solidariedade social.

É neste sentido que a actuação da CMP tem seguido, com prioridade para o **apoio à educação e à formação dirigidos a jovens e crianças de famílias mais carenciadas** (formação superior, ensino pré-escolar, transporte escolar, formação profissional) e para **acções de solidariedade social** (deficientes, famílias carenciadas, idosos, doentes crónicos, comunidades imigradas, habitação, associações de solidariedade social).

I.1 – Apoio à educação e à formação

A CMP criou instrumentos de política social dirigidos a jovens e crianças de famílias cujos rendimentos não permitem suportar os encargos com a sua formação e que são os seguintes:

• Apoio para a Formação Superior no País

No ano lectivo 2008/2009 foram atribuídos subsídios para o pagamento de propinas a 79 alunos com um encargo de 10.656 contos.

Para o ano lectivo 2009/2010 foram beneficiados 25 alunos.

Perfaz um encargo anual de 15.000 contos em subsídios para o pagamento de propinas para a formação superior de jovens carenciados, valor dotado também para 2011.

• Apoio a crianças do Ensino Pré-escolar

Para além da rede de jardins infantis pertencentes ao Município, a CMP definiu e vem executando uma política de promoção da inclusão social em benefício das crianças pertencentes a famílias mais carenciadas através do pagamento de propinas de forma a que o factor rendimento não seja impeditivo da frequência do ensino pré-escolar.

Para o efeito, a CM aprovou um regulamento que permite estabelecer parcerias com jardins infantis privados, que concorrem, através de concurso público, a subsídios destinados ao pagamento de propinas de crianças mais carenciadas.

Para o ano lectivo 2009/2010 foram celebrados protocolos com 24 jardins infantis e investidos 4.000 contos em subsídios. Para o ano lectivo 2010/2011, está orçamentado o montante de 6.000 contos, tendo a CM celebrado protocolos com mais cinco jardins infantis.

Para além disso, em 2010, a CM investiu e pôs em funcionamento mais quatro jardins infantis no Centro Social de Tira Chapéu, na Delegação Municipal em Achada Grande Frente, na Delegação Municipal em S. Martinho Pequeno e no Centro Social de Achadinha Pires.

Para dignificar e valorizar a função dos monitores, foi reajustado o salário dos monitores dos jardins infantis municipais, integrando os monitores com formação específica reconhecida por instituições competentes, no quadro transitório, referência 2, escalão A.

• Apoio ao Transporte escolar

Foi estabelecido em 2008, um itinerário escolar orientado para o transporte de alunos residentes em zonas distantes do centro do perímetro urbano do Concelho da Praia. A CMP comparticipa em até 75% na subvenção de passes para transporte escolar dos alunos pertencentes a famílias carenciadas. O programa beneficia 200 crianças, num valor orçamentado em 5.000 contos em 2009 e 2010 e que ascende a 5.500 contos em 2011 prevendo-se a cobertura de alunos da localidade de S. Tomé.

• Apoio para a Formação Profissional

Em Agosto de 2009, a CMP aprovou um Regulamento para atribuição de apoios para formação profissional através de acções com impacto imediato no emprego, no auto-emprego e em actividades geradoras de rendimento.

Em 2009 foram celebrados protocolos de colaboração com seis centros de formação profissional e com mais três em 2010, tendo investido

14.000 contos no pagamento de propinas. Na delegação municipal em S. Martinho Pequeno a CMP investiu na requalificação de um espaço destinado a acções de formação profissional e deu início a um curso de canalização e electricidade. Para 2001, estão previstas a construção da segunda fase do Centro Social e Comunitário de Tira Chapéu, orçamentada em 7.000 contos e de Achadinha Pires 5.000 contos e a construção do Centro de Cobom, orçada em 10.000 contos.

Quinze mil contos irão ser investidos em acções de formação profissional de jovens durante o ano de 2011. Protocolos vão ser firmados, em 2011, com uma universidade para a criação de cursos profissionalizantes para a formação de gestores desportivos. A política de formação profissional irá ter como prioridade abranger jovens das localidades periféricas da Praia, como S. Francisco, S. Martinho Pequeno, Matão, Trindade, S. Tomé.

• Apoio no âmbito de protocolo com o Centro Educativo Miraflores

Com o Centro Educativo Miraflores, a CMP celebrou um protocolo em que subsidia para o ano lectivo 2009/2010, duzentos alunos filhos de pais carenciados. Para 2010/2011, esse montante acresce em 50 alunos.

As prestações integradas na política social da Câmara dirigida a jovens e crianças de famílias mais carenciadas para apoio à educação e à formação e que resultam de acordos de colaboração com entidades externas, atinge para 2011 o montante global de 41.850 contos.

Prestações para apoio à educação e formação	Orç. 2011
Apoio para a Formação Superior no País	15.000.000,00
Apoio a crianças do Ensino Pré-escolar	6.000.000,00
Apoio ao Transporte escolar	5.500.000,00
Apoio para a Formação Profissional	15.000.000,00
Apoio a alunos do Centro Educativo Miraflores	350.000,00
Soma	41.850.000,00

I.2 - Promoção e desenvolvimento da acção social

Apoio social à deficiência, a famílias carenciadas, à terceira idade, a doentes crónicos, às comunidades imigradas e a organizações de solidariedade e desenvolvimento social, são um leque vasto de acções que a CMP vem desenvolvendo contribuindo para a redução do sofrimento de uma camada importante dos munícipes excluídos do sistema de protecção e solidariedade social do Estado.

No âmbito da acção social, a CMP intervém também com acções de reabilitação de casas de famílias mais carenciadas em situação de degradação e em perigo de derrocada.

• Apoio a deficientes

A CMP desenvolve relações de cooperação com associações que vêm desempenhando um importantíssimo papel em acções de inclusão e integração social e económica e desenvolvimento humano de deficientes: ADVIC - Associação dos Deficientes Visuais de Cabo Verde; AADICD - Associação de Apoio ao Desenvolvimento e à Integração da Criança Deficiente e CENORF - Centro Nacional Ortopédico e de Reeducação Funcional.

• Apoio a famílias carenciadas

Cento e cinquenta famílias carenciadas são apoiadas pela CMP com subsídios que mensalmente soma cerca de 458.000\$00, estando dotada para 2011 a verba de 5.500 contos

• Apoio a idosos

Através dos centros de idosos de Castelão, Vila Nova e Várzea e do centro social e comunitário de Tira Chapéu, a CMP beneficia 200 idosos com refeições, assistência médica e medicamentosa e investe para o ano de 2011 o montante de 6.000 contos.

• Apoio a doentes crónicos

Doentes e órfãos de SIDA são apoiados com subsídios de nutrição, remédios e habitação. Cerca de 30 pessoas, enviadas pela Delegacia de Saúde, são apoiadas pela CMP.

Três missões de médicos e especialistas da clínica de Brockton Neighborhood Health Center dos EUA foram realizadas no quadro de um protocolo celebrado com a Casa das Bandeiras (de S. Filipe, Fogo) que visa facilitar o acesso dos doentes portadores do HIV/SIDA a cuidados de saúde, física e mental, dos indivíduos e das famílias infectadas e afectadas através de acções de formação, educação e sensibilização para uma melhor compreensão da doença.

• Apoio às comunidades imigradas

Com vista a contribuir para a integração das comunidades imigradas no município da Praia, a CMP aprovou um regulamento que estabele as condições para o acesso por parte das associações de imigrantes de financiamento de projectos e disponibilização de espaços municipais para actividades desportivas, culturais e recreativas.

• Apoio a projectos de desenvolvimento e solidariedade social

A CMP apoia actividades e projectos desenvolvidos por organizações da sociedade civil e que se enquadram nas políticas municipais de inclusão, solidariedade e desenvolvimento social. Para além dos protocolos celebrados este ano com AZM e A Ponte, estão previstos protocolos com a SOL – Rede de Atendimento às Vítimas de VBG e com as Aldeias Infantis SOS.

• Apoios para Habitação às Famílias Desfavorecidas para as situações de emergência

A CMP aprovou em Novembro de 2008 um regulamento que estabelece os princípios gerais e as condições de acesso a que obedece o processo de apoio à execução de obras de recuperação de habitações de famílias pobres, que desabaram ou se tornaram inabitáveis na sequência de catástrofe natural, de incêndio ou outras causas que exigem intervenções no quadro de acções de protecção civil ou de prevenção, nos casos de habitação em risco de desabamento.

Em 2010 a CMP interveio na reabilitação de 44 habitações, estando previsto para 2011, a reabilitação de mais 50 casas.

As prestações para apoio social previstas para 2011 ascendem a 71.000 contos.

Prestações para apoio social	Orç. 2011
Apoio social à deficiência	1.000.000,00
Apoio social a famílias carenciadas	5.500.000,00
Apoio social à terceira idade	6.000.000,00
Apoio a doentes crónicos	1.000.000,00
Apoio às comunidades imigradas	2.000.000,00
Apoio a projectos de desenv. social	5.500.000,00
Apoios para Habitação	50.000.000,00
Soma	71.000.000,00

II – Promoção e desenvolvimento do Desporto

O programa de governação municipal estabelece como objectivo, colocar o Desporto na agenda da gestão municipal com uma visão de Cidade Amiga do Desporto, reflectida na organização e planeamento urbanístico (espaços); com estratégias, políticas, orçamentos, regras claras e transparentes de gestão e mecanismos de controlo; com postura activa de promoção e apoio da actividade desportiva; com organização e liderança capaz de interagir com as organizações e os agentes desportivos.

É neste sentido que a actuação da CMP tem seguido, com prioridade para a **reabilitação e construção de infraestruturas desportivas** e para a **dinamização de uma agenda desportiva diversificada** através de relações com associações e clubes e realização de eventos desportivos.

II.1 - Reabilitação e construção de infraestruturas desportivas municipais

Para o biénio 2010/2011, a CMP investiu e tem em curso a reabilitação e a construção de um conjunto de infraestruturas desportivas nos diversos bairros da cidade com o objectivo de dotar a cidade de uma boa rede de infraestruturas, democratizar a prática do desporto e disponibilizar aos jovens oportunidades para o uso saudável do seu tempo livre e de lazer.

Em 2009, a prioridade foi centrada na reabilitação de polidesportivos como foi o caso em Tira Chapeu (reabilitação total), Santa Rosa (reabilitação parcial do piso), Ponta d'Água (reabilitação total), Lém Cachorro (reabilitação total), Achada Mato (término de construção), Achada Grande Trás (término de construção e iluminação com energia solar), Achadinha/Djon Pitata (reabilitação parcial), Paiol (reabilitação do piso), Lém Ferreira (reabilitação parcial) e Calabaceira (reabilitação total do campo de futebol com a introdução de relva sintética, vedação e sistema de rega).

Em 2010 e transitando para o primeiro trimestre de 2011, foram em curso diversas intervenções de reabilitação e construção de infraestruturas desportivas em Vila Nova Achada São Filipe, São Pedro, São Martinho Pequeno e São Francisco (obras encontradas em estado tosco, inacabadas e em deterioração); em Tira Chapéu (reabilitação do campo de futebol); em Achada Sto António (reabilitação e melhoria do Campo de Sucupira); no estádio da Várzea (iluminação); Castelão, Safende, Bela Vista, Pensamento, Fonton, Achadinha Pires, Achada Grande Frente (construção de polidesportivos); no Bairro Craveiro Lopes (construção de um complexo desportivo); em Achadinha Baixo (construção de campo de futebol de 7, com relva sintética e iluminação); em Achada Grande Trás (construção de complexo desportivo que integra um campo de futebol relvado); em Ponta d'Água (construção de um campo de futebol relvado). Ainda para 2011, está previsto a requalificação e o arrelvamento do campo de futebol de Achada Grande Frente.

Sete fitness parks foram instalados no corrente ano de 2010 em Gamboa, Achada São Filipe, Achadinha, Monte Vermelho, Brasil (ASA), Quelém (ASA) e Eugénio Lima. Para 2011, está prevista a instalação de mais 10 fitness parks nos diversos bairros, dotando assim a cidade de infraestruturas de qualidade para a prática do desporto de manutenção.

O esforço de investimento iniciado em 2010 ascende a 125.170 mil contos. Para 2011, para além de parte dos pagamentos que transitam dos contratos de empreitada celebrados em 2010 e em execução, prevê-se dotação para o investimento em 10 novos fitness parks e para a requalificação e arrelvamento do campo de futebol de Achada Grande Frente.

Para além das infraestruturas, a CMP tem investido e vai continuar a investir na gestão e dinamização do uso dessas infraestruturas. Assim, para cada polidesportivo, complexo desportivo ou campo de futebol, é nomeada uma comissão de gestão de três elementos composta pelo Delegado Municipal ou um representante indicado por despacho do Presidente da Câmara, no caso de não existir delegação municipal num determinado bairro; um representante da Direcção do Desporto e um animador desportivo recrutado no bairro onde a infra-estrutura está instalada. Está em curso também negociações com a Universidade Única no sentido da criação de um curso profissional de gestor desportivo a ser apoiado pela CMP e dirigido a jovens.

II.2 - Dinamização de uma agenda desportiva diversificada

Apoio a associações, clubes desportivos, escolas de desporto das diversas modalidades, através de financiamento monetário e disponibilização de espaços para a prática de desporto vai continuar em 2011.

A CMP tem incentivado, dinamizado e apoiado um vasto conjunto de actividades que demonstram claramente a mudança de abordagem que deixou de estar centrada apenas no futebol. Para além do futebol, têm sido apoiadas e promovidas as modalidades de andebol, basquetebol, voleibol, corrida de cavalos, xadrez, body board, surf, triatlo, atletismo, judo, karaté e desporto para deficientes. Esta nova abordagem irá continuar em 2011 e nos anos seguintes.

Para 2011, duas actividades que têm marcado o panorama desportivo da cidade da Praia vão continuar: a Corrida da Liberdade e a Gala do Desporto que terá a sua terceira edição.

Investimento no Desporto	Dotação 2011
Infraestruturas e equipamentos desportivos	79.000.000,00
Apoio a actividades desportivas	5.000.000,00
Gala do Desporto	1.500.000,00
Corrida da liberdade	2.500.000,00
Soma	88.000.000,00

III – Uma agenda cultural diversificada

O programa da governação municipal assumiu as seguintes directrizes principais: apoiar as actividades culturais e estimular a Cultura e a Arte, parte indissociável da identidade e do prestígio da cidade e importantes para o aumento da criatividade, da inovação e o aumento do capital social; democratizar a produção e o acesso aos bens culturais; fomentar o incremento de actividades culturais, a promoção da qualidade e a internacionalização da cultura.

É neste sentido que a actuação da CMP tem seguido, com prioridade a **criação e qualificação de eventos de referência internacional** para a cidade como o Kriol Jazz Festival, o Festival da Gamboa e a Bienal Internacional de Dança do Ceará – Conexão Cabo Verde; o **incentivo, a dinamização e o apoio a um vasto conjunto de actividades culturais** como a pintura, a fotografia, o teatro, a música, a dança, o Carnaval, manifestações tradicionais como tabanka e batuco, a poesia, a edição de livros, a gastronomia, movimentando artistas, grupos, associações e vários agentes culturais; o **investimento em infraestruturas culturais** como é o caso da requalificação do Parque 5 de Julho, criação de escolas de música, criação do centro cultural multifunções através da requalificação do edifício do cine-teatro do Plateau.

III.1 – Grandes eventos culturais

O Kriol Jazz Festival, o novo formato e qualificação do Festival da Gamboa e a Bienal Internacional de Dança do Ceará – Conexão Cabo Verde, são já referências de qualidade internacional no panorama cultural cabo-verdiano.

Para 2011, estes eventos irão continuar e amadurecidos em termos de organização e do impacto internacional que se pretende. Associado a esses grandes eventos, vai-se reforçar a componente de workshops para partilha de experiências e de conhecimentos entre os artistas estrangeiros e nacionais e promover outras actividades culturais conexas de forma a colocar a cidade nessas datas a viver intensamente os festivais.

III.2 - Incentivo, dinamização e apoio a actividades culturais

A diversificação da agenda cultural da cidade continuará a ser prosseguida através da rede de relações e de parceria com os centros culturais, agentes culturais e artistas. Eventos como a descoberta de

novos talentos, o Carnaval, a semana da poesia, da árvore e do teatro e a gala da cultura, irão merecer incentivo e apoio em 2011 por parte da CMP.

III.3 - Infraestruturas culturais

No primeiro trimestre de 2011, o projecto de requalificação do Parque 5 de Julho irá ser concluído, facultando à cidade, para além do Centro de Educação Ambiental que aí está a ser instalado, um espaço de oferta para diversas manifestações culturais.

Em 2010 a CMP criou uma escola de música – Manel Clarinete – que funciona no Parque 5 de Julho e uma escola de dança na Delegação Municipal em Achada Grande Frente, em parceria com o Grupo Raiz di Polon. Estas iniciativas irão desenvolver-se também em 2011.

Aprovado o lançamento de derrama municipal, o ano 2011 irá assistir à reabilitação do edifício do cine-teatro do Plateau que será equipado e mobilado para acolher um centro cultural multi-funções onde diversas manifestações culturais passarão a ter lugar, assim como se prevê instalar nesse espaço um museu de arte e cultura.

Promoção e Desenvolvimento da Cultura	Dotação 2011
Descoberta de Novos Talentos	600.000,00
20 de Janeiro e 5 de Julho	2.500.000,00
Carnaval	4.000.000,00
Semana da Poesia, da Árvore e do Teatro	1.500.000,00
Kriol Jazz Festival	15.000.000,00
Festival da Gamboa e Festival Panda	25.000.000,00
Bienal Internacional Dança do Ceará-Conexão C.V.	5.000.000,00
Gala da Cultura	5.000.000,00
Apoio a actividades culturais e recreativas	5.000.000,00
Apoio a publicações literárias e musicais	3.000.000,00
Comemorações de festividades religiosas	550.000,00
Programa de Natal	1.500.000,00
Requalificação do Cine-Teatro do Plateau	190.000.000,00
Soma	258.650.000,00

IV - Organização da actividade de venda ambulante e em mercados

O programa de governação municipal estabelece como uma das importantes directrizes, regular a actividade comercial ambulante e em feiras e mercados, disciplinando-a e enquadrando-a no ordenamento da cidade e orientando-a para critérios de qualidade, maior rentabilidade e defesa dos consumidores.

Nesse sentido, a CMP tem adoptado **um conjunto de medidas com reflexos na melhoria da organização urbana**, apesar de se ter a consciência de que a proliferação da actividade do comércio informal está intimamente ligada ao agravamento da situação socio-económica das populações, atingindo de forma particular as mulheres chefes de família. Por isso se trata de um fenómeno difícil de estruturar quando, às dificuldades socio-económicas, se associa todo um historial de falta de exercício da autoridade no município da Praia e a prevalência da ideia instalada de que tudo se pode fazer e em qualquer sítio.

Neste difícil contexto de procura de um equilíbrio entre a necessidade de se ter uma cidade organizada, ordenada e atractiva e as necessidades individuais de milhares de famílias em estado de pobreza e de desemprego, particularmente representadas por mulheres chefes de família, a CMP vem desenvolvendo um conjunto de acções e medidas como a desobstrução das vias públicas do Plateau ocupadas por vendedores ambulantes, a criação de novos espaços de venda no mercado de Sucupira, a construção do centro comercial/mercado, a formação de vendedeiras, a definição de normas para a criação e exploração de feiras e a aprovação de um regulamento que disciplina e define critérios e condições para a ocupação da via publica com mobiliários urbanos como quiosques, roulottes, bancas e esplanadas.

Em 2011, o centro comercial/novo mercado da Praia vai ser construído e o mercado do Plateau vai ser requalificado. Dar-se-á início à organização e exploração de feiras regulares. No programa de actividades está previsto e vai-se implementar acções de formação para 500 mulheres vendedeiras do Mercado de Sucupira em higiene e manipulação de alimentos, atendimento, gestão de pequenos negócios, dando sequência ao projecto iniciado em 2010 com a parceria da FAO e da MORABI. Através da cooperação brasileira, vai-se desenvolver um projecto dirigido à promoção do artesanato local e à reciclagem de lixo.

Mercados e economia social	Dotação 2011
Capacitação e qualificação de vendedeiras	6.000.000,00
Apoio à promoção do artesanato local e à reciclagem de lixo	32.354.801,00
Construção de Novo Mercado Municipal	350.000.000,00
Requalificação do Mercado do Plateau	50.000.000,00
Soma	438.354.801,00

V - Resgate da autoridade municipal e reforço da protecção civil

Governar o município com ordem, autoridade e responsabilidade é um dos princípios assumidos no programa de governação municipal, imprescindível para a qualificação da vida urbana, social e económica da Cidade.

A CMP vem adoptando um conjunto de medidas nesse sentido. A **Guarda Municipal** tem por missão a fiscalização do cumprimento de posturas e regulamentos policiais com vista, designadamente, à defesa e protecção da saúde pública e do meio ambiente, à segurança na circulação de viaturas e peões nas vias públicas, ao respeito das normas de gestão urbanística, à garantia do abastecimento público e à defesa do consumidor.

No dia 18 de Dezembro de 2010, o processo de instalação da Guarda Municipal estará concluído, dando início ao seu pleno funcionamento, com agentes formados, fardados e devidamente equipados.

Em 2011, para além da entrada em funcionamento pleno da GM, a CMP irá investir 15.000 contos na melhoria do serviço dos bombeiros, assim como dar-se-á continuidade ao programa de emergência para a época das chuvas e ao programa de segurança nas praias de mar.

Segurança e autoridade municipal	Dotação 2011
Guarda Municipal	6.500.000,00
Equipamento do Serviço de Bombeiros e Formação	15.000.000,00
Programa de Emergência para a época das chuvas	20.000.000,00
Segurança nas praias-época balnear	1.500.000,00
Soma	43.000.000,00

VI - Melhor ambiente, melhor saneamento

O programa de governação municipal estabelece dois grandes eixos em matéria de ambiente e saneamento: assumir a salubridade ambiental como um dever e direito de todos, indispensável à segurança sanitária, à melhoria da qualidade de vida dos municípios e à atracção e promoção de actividades económicas e investimentos empresariais na Cidade e; fazer da Praia uma cidade exemplarmente limpa.

Apesar de se tratar de um desafio difícil por envolver diversas valências (comportamental, autoridade, urbanização, acessos bens básicos como a água e esgoto, drenagem de águas pluviais, habitação, eficiência dos serviços), o Município vem registando substanciais melhorias no domínio do saneamento.

VI.1 - Melhoria do nível de saneamento básico

Em 2010, a CMP investiu e tem em execução obras que visam a melhoria do estado sanitário da cidade e particularmente suprimindo o grande défice de infraestruturas básicas nos bairros: **sanitários públicos** em Achada Santo António, Eugénio Lima, Pensamento, Calabaceira, Safede, Várzea, Lém Cachorro, Achada Grande Trás e Tira Chapéu; **construção de chafarizes** em Santaninha, Boca de Inferno, Simão Ribeiro, Monte Vermelho, Alto Calabaceira, Agostinho Alves e Jamaica; **requalificação da encosta de Vila Nova** onde para além da reabilitação de habitações a maior fatia de investimento vai para a drenagem de águas pluviais, adução de água e rede de esgoto; **requalificação do bairro do Brasil** em Achada Santo António com intervenções ao nível da ligação domiciliária de água e de esgotos; **extensão da recolha domiciliária do lixo** ao bairro de Achada Grande Frente.

Em 2011, a CMP vai continuar a investir na **extensão do sistema de recolha domiciliária do lixo** e na melhoria dos sistemas de recolha de lixos; na **construção de casas de banho e fossas sépticas** em habitações dos bairros com maior incidência de problemas sanitários; na **reabilitação do Matadouro** da Praia; **no reforço de recolha de animais vadios** nas ruas; na **drenagem de águas pluviais** na zona da Várzea; na **requalificação da ribeira** central com a construção de uma praça na ribeira do Paiol e que vai complementar o investimento feito da criação da praça da ribeira de Calabaceira; em **sistemas de abastecimento de água e rede de esgotos** através de ligações domiciliárias em 13 bairros.

Em 2011, dar-se-á arranque à **exploração da actividade de reciclagem de resíduos de construção civil** na sequência do contrato de concessão celebrado e à construção do Cemitério de Achada São Filipe.

VI.2 – Aposta na educação ambiental

Está em curso a requalificação do Parque 5 de Julho e a construção de um **Centro de Educação Ambiental** nesse mesmo parque. No primeiro trimestre de 2011, o Centro de Educação Ambiental, unidade vocacionada para a formação, informação e sensibilização em matéria de saneamento e ambiente, estará pronto para ser inaugurado. Um forte investimento vai ser feito no **programa de comunicação, informação e sensibilização para a problemática ambiental e do saneamento**, visando a mudança de atitudes e de comportamentos face ao meio envolvente.

Ambiente e saneamento	Dotação 2011
Melhoria do serviço de limpeza e recolha de lixo	30.000.000,00
Massificação do acesso à água, esgotos e WC's	34.197.924,00
Requalificação e construção de matadouros e talhos	12.000.000,00
Controlo da circulação e criação de animais	7.100.000,00
Melhoria de sistemas de drenagem de águas pluviais	25.000.000,00
Construção e gestão de cemitérios	70.000.000,00
Requalificação e construção de espaços verdes	40.000.000,00
Requalificação das ribeiras	15.000.000,00
Demolição e vedação de pardieiros	9.500.000,00
Comunicação para a promoção da salubridade ambiental	15.600.000,00
Melhoria das condições sanitárias Praia/Bissau	75.373.037,00
Soma	333.770.961,00

O total do investimento previsto no domínio ao ambiente e saneamento é de 333,7 mil contos, correspondente a 17% do total do investimento, o que demonstra a prioridade em relação a este sector.

VII – Ordenar, planejar e qualificar a Cidade

O programa de governação municipal definiu como objectivo estratégico para a política urbanística: garantir a sustentabilidade do desenvolvimento da cidade, como compromisso que visa a qualidade de vida e o bem-estar para as gerações actuais e futuras no que se refere ao direito à propriedade, à habitação, ao saneamento básico, à infra-estrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer.

Atingir esse objectivo exige boa governação municipal, capacidade de planeamento e de investimentos, autoridade, mas exige também novas atitudes e comportamentos dos munícipes, individualmente e colectivamente. Todos podem e devem contribuir, se efectivamente querem ter uma cidade diferente.

VII.1 – Requalificação e valorização do Centro Histórico

O objectivo da requalificação e valorização do Centro Histórico da Cidade, Plateau, é transformá-lo num pólo de interesse e de dinamização da economia e cultura da cidade e caminhar através de uma estratégia ambiciosa para a sua classificação como Património Mundial.

Em 2010, importantes investimentos e medidas foram adoptadas com vista à requalificação e valorização do Centro Histórico da Cidade, sito no Plateau. A **pedonalização e requalificação da rua 5 de Julho** e a **requalificação da Praça Alexandre Albuquerque**, são intervenções emblemáticas realizadas em 2010 e que terão continuidade em 2011 com a construção da **esplanada da Praça Alexandre Albuquerque**, a **requalificação do Mercado**, a **construção do Centro Cultural Multi-funções** através da reabilitação do edifício do cine-teatro e sua modernização, da **requalificação dos miradouros** de Diogo Gomes e do Ténis, da **reabilitação dos passeios e arborização** das ruas. Um **parque de estacionamento** em pisos, será construído em 2011 por uma empresa mista a ser constituída entre a CMP e a EMEL – Empresa Municipal de Estacionamentos e Mobilidade de Lisboa e serão introduzidos **parquímetros** no Plateau.

Foi contratualizada e terá lugar em 2011, a **requalificação da zona de Ponta Belém** e que consiste na reabilitação de fachadas de casas, infra-estruturas e obras de redes de água, esgotos e drenagem através de um projecto que conjuga a realização de obras com a formação de mão-de-obra em exercício.

VII.2 – Requalificação urbana dos bairros

Em 2010, importantes investimentos foram realizados e, estão em curso, na requalificação dos bairros: **calcetamentos para arruamentos e acessibilidades nos bairros** de Achada São Filipe, Achadinha Pires, Achadinha Baixo – Várzea, Calabaceira – Miradouro, Castelão, Casa Lata, Eugénio Lima-Quartel Escola, Casa Lata-Palmarejo-Fonton, Pensamento, Safende, Vila Nova e Tira Chapéu (acesso pedonal); **asfaltagem da estrada de S. Tomé** (concluída); **asfaltagem de vias de Achada Grande Frente**; **reabilitação de habitações** degradadas. Várias outras intervenções foram realizadas no calcetamento de bairros como Palmarejo, Monte Vermelho, Achada S. Filipe e Bairro Craveiro Lopes, em parceria com os moradores.

O programa de **calcetamentos e de acessibilidades** irá continuar em 2011 e iniciar-se-á um novo projecto financiado pela Fundação espanhola CEAR que irá intervir através de acções de requalificação dos

bairros. Destacam-se ainda para 2011, a **construção da “subida de Bomba”** em Achada de Santo António, cuja contratação da empreitada será feita ainda em 2010; a **requalificação do largo Eusébio, do largo Poeta e do miradouro de Meio da Achada Santo António**; a **asfaltagem das vias principais da Várzea, Eugénio Lima e Ponta d'Água**; a **pintura de fachadas de casas** situadas em encostas.

Numa abordagem integrada, há que acrescentar às obras de calcetamentos, arruamentos e asfaltagens, todo o investimento feito e em curso em infra-estruturas desportivas, em centros sociais e comunitários, construção e reabilitação de praças, em jardins infantis, nas delegações municipais, no acesso à água e a sanitários públicos, que beneficiam directamente as populações que vivem nos diversos bairros, melhorando a sua qualidade de vida.

No domínio da habitação, vai-se dar continuidade ao **programa de reabilitação de casas** dirigido às famílias mais pobres e às situações de risco e ao arranque do **programa de parceria público-privada para a construção de habitações de interesse social**, devendo o primeiro concurso ser lançado para dois terrenos em Ponta d'Água. Está em preparação um **programa de promoção de habitações de interesse social através do sistema de auto-construção** através de projectos-tipo oferecidos pela CMP e de loteamentos urbanizados de forma a organizar as ocupações e permitir a infra-estruturação básica.

VII.3 – Planeamento do desenvolvimento da cidade

A CMP está a planear o desenvolvimento da cidade, tendo em conta as funções sociais relacionadas com os espaços habitacionais, espaços verdes, espaços de lazer, culturais e desportivos e as funções económicas relacionadas com o comércio, o turismo, a indústria e serviços e vai continuar a desenvolver esta actividade crucial da organização, qualificação e competitividade da cidade.

O **PDM** está em fase de conclusão e deverá ser aprovado em 2011. O **PDU da Zona Norte – Zona Novo Aeroporto até fronteira com S. Domingos** e o **Plano Detalhado Palha Sé – ao longo da Circular da Praia e até à Rotunda de São Francisco**, estão também em fase de conclusão e deverão ser aprovados em 2011. Em 2011, vai-se elaborar o **Plano Detalhado de expansão e qualificação do Bairro de São Pedro Latada**. Está em curso e deverá ser concluído em 2011, o **Projecto de requalificação urbanística, infra-estrutural e ambiental da encosta de Achadinha**.

VII.4 – Parque Empresarial da Praia

Articulado com a criação do Fundo Municipal de Investimento Imobiliário, está em curso e deverá ser concretizado em 2011, a criação do Parque Empresarial da Praia (PEP) que será implantado num terreno com uma área total de 50 ha, localizado no prolongamento do Novo Aeroporto da Praia, num planalto de suaves declives, servido pela circular da Praia e pela nova estrada de São Francisco e com a proximidade e acessibilidades para o Porto e o Aeroporto.

O objectivo da criação do PEP é dotar o Município da Praia de um Parque Empresarial para satisfazer a procura actual e futura de terrenos para a implantação de actividades de âmbito industrial (não poluente), logística, armazenagem, serviços e comércio. O conceito desenvolve-se num espaço infra-estruturado para a instalação de actividades de âmbito empresarial, às quais se encontram associadas actividades de prestação de serviços de apoio às empresas, numa lógica de gestão condominial (espaços para estacionamento público e parque de estacionamento para veículos pesados; áreas para lazer e equipamentos colectivos; serviços de apoio e restauração; posto de socorro, de manutenção, segurança e limpeza das áreas de utilização comum).

O investimento previsto para 2011 na área de ordenamento da cidade representa 27% do total do orçamento de investimentos.

Ordenamento da cidade	Dotação 2011
Requalificação do Plateau - Miradouros	6.000.000,00
Requalificação do Plateau - Reabilitação dos passeios	30.000.000,00
Requalificação bairros - Calcetamentos e arruamentos	91.896.997,00
Requalificação dos bairros	45.815.990,00
Requalificação de Ponta Belém	65.801.080,00
Pintura de fachadas das casas	20.000.000,00
Construção da “Subida Bomba” - ASA	10.000.000,00
Requalificação do Largo Eusebio - ASA	3.000.000,00
Requalificação do Largo Poeta - ASA	5.000.000,00
Requalificação Encosta Vila Nova	48.906.500,00
Praça Ribeira de Paiol	10.000.000,00
Requalificação e valorização da zona litoral e das praias	3.000.000,00
Programa de auto-construção de habitação assistida	30.000.000,00
Moradias sociais de Santaninha - Projecto Astúrias	10.000.000,00
Instalação do Gabinete SIG	21.219.200,00
Programa Participar	20.000.000,00
Asfaltagem de vias	45.000.000,00

Ordenamento da cidade	Dotação 2011
Miradouro Meio de ASA	10.000.000,00
PDM	5.000.000,00
Planos urbanísticos, planos detalhados, estudos e projectos	25.000.000,00
Toponímia	2.000.000,00
Sinalização e semaforização	4.500.000,00
Organização do sistema de transportes rodoviários	1.500.000,00
Infraest. e equipamentos urbanos de transportes rodov.	3.500.000,00
Sistema rádio/táxi	1.000.000,00
Soma	518.139.767,00

VIII – Organização interna

O programa de governação municipal coloca ênfase na necessidade de colocar a Câmara Municipal mais próxima dos cidadãos e de governar o município com transparência e em obediência aos princípios do primado da lei, da prestação de contas (*accountability*), da objectividade e da imparcialidade na gestão e na afectação e utilização dos recursos públicos. Medidas de reorganização, racionalização, simplificação e controlo de serviços devem ser adoptadas.

Várias acções em curso irão ter continuidade em 2011: **novo sistema de cobranças** visando facilitar o pagamento de impostos, taxas, tarifas e preços municipais através de desconcentração da cobrança (bancos, ATM's, Correios); **atualização matriz dos estabelecimentos comerciais** do Município da Praia mediante um estudo técnico a ser realizado por uma empresa já seleccionada através de concurso público; **programa de abandono voluntário** dirigido a pessoal excedentário (trabalhadores, agentes e equiparados afectos às categorias de pessoal auxiliar, pessoal operário e pessoal de fiscalização), mediante indemnização.

Oganização interna	Dotação 2011
Reforço institucional da Assembleia Municipal	5.000.000,00
Sistema de Cobranças	18.925.000,00
Atualização de Matriz Predial	8.399.500,00
Comunicação e informação aos munícipes	5.000.000,00
Formação e capacitação de funcionários da CMP	2.000.000,00
Construção do edifício técnico da CM	25.000.000,00
Programa de Abandono Voluntário	30.000.000,00
Instalação de Conselhos de Zona	500.000,00
Instalação de Delegações Municipais	12.000.000,00
Soma	106.824.500,00

Em 2011, vão ser instaladas as **Delegações Municipais** da Zona Norte (sede em Vila Nova), da Praia Oriental II (sede em São Francisco) e da Praia Sul (sede em ASA), que somarão às duas delegações já em funcionamento (Praia Oriental I, com sede em Achada Grande Frente e Praia Ocidental II, com sede em São Martinho Pequeno).

A Presidente da Assembleia Municipal da Praia, *Filomena Maria Frederico Delgado Silva*.

MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO

Câmara Municipal

Despacho de S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago:

De 8 de Abril de 2010:

José Luís Xavier Gomes, licenciado em engenharia química, nomeado para exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo de Director dos Serviços de Ambiente, Saneamento e Água, Nível III, da Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago, nos termos previstos no artigo 39º, nº 1, do Decreto-Lei nº 86/92, de 6 de Julho, conjugado com os artigos 12º, alínea b), e 14º, alínea a), da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, 2º, alínea d), 3º, nºs 1, 3 e 4º, nº 1, do Decreto-Lei nº 13/97, de 1 de Julho, com efeitos a partir de 10 de Maio de 2010.

Os encargos correspondentes serão suportados pelas dotações inscritas no código de classificação económica 3.01.01.02 Secretária Geral - pessoal de quadro do orçamento municipal vigente.

Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago, aos 9 de Novembro de 2010. – O Secretário Municipal, *David Lima Gomes*.

—oço—

MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA DE SANTIAGO

Assembleia Municipal

DELIBERAÇÃO

de 14 de Dezembro de 2010

A Assembleia Municipal de Santa Catarina, reunida na sua sexta Sessão ordinária de 13 e 14 de Dezembro de 2010, deliberou nos termos do artigo 81, nº 2, alínea b) da Lei nº 134/IV/95 do Estatuto dos Municípios e de harmonia com o artigo 12º, nº2, alínea b) do seu Regimento, aprovar, com 11 (onze) votos a favor da bancada do MPD e 10 (dez) contra da bancada do PAICV, o Orçamento e Plano de Actividades do Município de Santa Catarina para o ano económico de 2011, no valor de 1.807.618.823,00 (um bilhão, oitocentos e sete milhões, seiscentos e dezoito mil e oitocentos e vinte e três escudos).

Assembleia Municipal de Santa Catarina de Santiago, aos 21 de Janeiro de 2011. – O Presidente da Assembleia Municipal, *José Maria dos Reis Martins*.

RESUMO DO ORÇAMENTO

MUNICIPIO DE SANTA CATARINA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO DE 2011	APROVAÇÕES:	
		Executivo em ___/___/___	Deliberativo em ___/___/___
Receitas	Valor	Despesas	Valor
Correntes:	658.124.023	Correntes:	468.020.761
De Capital:	1.060.627.800	De Capital:	1.225.590.922
Contas de Ordem:	21.045.000	Despesas Comuns:	8.006.000
Total:	1.739.796.823	Contas de Ordem:	38.179.140
Serviços Municipalizados:	67.822.000	Total:.....	1.739.796.823
		Serviços Municipalizados: ..	67.822.000
TOTAL GERAL:	1.807.618.823	TOTAL GERAL:	1.807.618.823

MAPA I - Receitas Correntes e de Capital do Município, segundo a classificação económica e Orgânica

Class.Econ.	Designação	Administração directa
	TOTAL DAS RECEITAS	1.807.618.823
01.00	RECEITAS CORRENTES	658.124.022,7
01.01.01.00	IMPOSTOS	55.078.873,00
01.01.01.01.02.01	Imposto único sobre património	50.000.000,00
01.01.01.04	Imposto de turismo	0,00
01.01.01.03	Imposto de circulação de veículos automóveis	5.078.873,00
01.01.02.00	OUTROS IMPOSTOS	201.843,00
01.01.02.01	Imposto de Selo	100.000,00
01.01.02.02	Selos diversos	101.843,00
01.02.05.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	330.975.012,00
01.02.05.01	Fundo de Financiamento dos Municípios	300.000.000,00
01.02.05.02	Plano Ambiental Municipal	0,00
01.02.05.06	Taxa Ecológica	20.000.000,00
01.02.05.07	Transferências da administração pública	5.000.000,00
01.02.05.08	Transferências do exterior	5.000.000,00
01.02.05.08	Outras	873.345,33
01.02.05.10	Transferências do sector privado	101.666,67
01.02.04.00	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADES	101.439.431,33
01.02.04.01	De habitação	100.000,00
01.02.04.02	De edifícios	100.000.000,00
01.02.04.04	Outras rendas	106.666,67
01.02.04.05	Aluguer de máquinas e equipamentos	1.232.764,67
01.02.06.04	Venda de Bens e Serviços	1.138.998,67
01.02.06.04.15	Publicações e impressos	1.138.998,67
01.02.03.00	TAXAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	50.060.074,67
01.02.03.04.09	Taxas de serviços de sanidade	65.000,00
01.02.03.04.08	Taxas de serviços de viação	0,00
01.02.03.01.06	Taxas de serviços de comércio	7.000.000,00
01.02.03.01.08	Taxas de serviços de secretaria	10.000.000,00
01.02.03.01.01	Taxas de serviços de mercados e feiras	3.000.000,00
01.02.03.01.02	Taxas de aferição e conferição	100.000,00
01.02.03.01.04	Taxas de serviços de publicidade	200.000,00
01.02.03.01.05	Taxas de serviços de licenciamento de alambiques	200.000,00
01.02.03.04.02	Taxas de serviços de matadouro e talho	648.363,33
01.02.03.04.03	Taxas de serviços de obras	6.048.090,00
01.02.03.04.04	Taxas de serviços por ocupação da via pública	352.621,33
01.02.03.04.05	Serviços de serviço por registo de cães	10.000,00
01.02.03.01.09	Taxas de serviços de estacionamento de viaturas	50.000,00
01.02.03.04.01	Serviços de cemitério	35.000,00
01.02.03.04.06	Serviços de manifesto de gados	0,00
01.02.03.04.08	Serviços de trânsito	35.000,00
01.02.03.04.10	Serviços de vistorias	70.000,00
01.02.03.04.90	Taxas de energia	150.000,00
01.02.03.04.13	Serviços diversos	25.000,00
01.02.03.04.14	Serviços Recreativos, culturais e Desportivos	20.000.000,00
01.02.03.01.13	Taxas de serviço Licenc.Abasteci. Carborante Liqui/Agua	500.000,00
01.02.03.04.17	Fornecimento de Energia Electrica	0,00

Class.Econ.	Designação	Administração directa
01.02.03.04.18	Serviço de Transporte	6.000,00
01.02.03.04.19	Extracção de Inertes	0,00
01.02.03.04.20	Ocupação ou Utilização do Solo e subsolo do domínio público	0,00
01.02.03.04.21	Instação de Antenas Parabólicas	25.000,00
01.02.03.04.22	Instalação de Antenas de Operadores de Telecomunicações Mov.	30.000,00
01.02.03.01.07	Taxas de serços de lic.de exploração de automóveis de aluguer	1.500.000,00
01.02.03.04.13	Outras diversas	10.000,00
01.02.02.02	EMOLUMENTOS E CUSTAS	208.144,00
01.02.02.02.90	Outros emolumentos e custas	208.144,00
01.01.02.00	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	2.171.646,00
01.01.02.02	Taxas de relaxe	750.000,00
01.02.01.01	Multas por infracção ao código de posturas municipais	300.000,00
01.01.02.01	Juros de móra	1.000.000,00
01.02.01.03	Coimas diversas	15.000,00
01.01.02.90	Outras multas e penalidades	106.646,00
01.02.08.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	116.850.000,00
01.02.08.02	Reposições não abatidas no pagamento	100.000,00
01.02.08.01	Saldos orçamentais	115.000.000,00
01.02.08.03	Outras Receitas Correntes	1.750.000,00
01.02.06.00	Venda de Bens Duradouros	
01.02.06.01	Outros	0,00
02.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	576.145.706,00
02.02.00.00	Imobilizações Corpóreas	322.847.953,00
02.02.01.00	Terrenos subjacentes a edificios e outras construções	322.847.953,00
02.02.02.00	Habitções	0,00
02.02.04.00	Maquinaria e equipamento básico	0,00
02.02.05.00	Outras Imobilizações Corpóreas	0,00
02.04.00.00	Transferências de Capital	253.297.753,00
02.04.00.01	Transferência do Sector Público	164.959.800,00
02.04.00.02	Transferência do Sector Privado	13.250.000,00
02.04.00.03	Outras transferências	0,00
02.04.00.04	Transferências do Exterior	75.087.953,00
02.04.00.03.90	Outros donativos	0,00
02.04.00.05	Outras receitas de investimentos	0,00
02.04.00.06	Outras receitas de capital	0,00
05.00.00.00	Operações Financeiras	484.482.094,00
05.01.00.00	Operações activas	484.482.094,00
05.01.03.00	Empréstimos obtidos	0,00
05.01.03.01	Empréstimos de Curto Prazo	30.000.000,00
05.01.03.02	Empréstimos de M/I Prazo	454.482.094,00
06.00.00.00	Contas de Ordem	88.867.000,00
06.00.00.00	Receitas do Estado Cobradas pelo Municipio	
06.00.00.01	IUR	10.000.000,00
06.00.00.02	Previdência Social	9.000.000,00
06.00.00.03	Sindicatos	270.000,00
06.00.00.04	Serviço Municipalizado da Promoção Social	1.625.000,00
06.00.00.05	Receita Global do Serviço Autonomo de Água	67.822.000,00
06.00.00.08	Outros Descontos	150.000,00

MAPA II - Previsão das Despesas de Funcionamento Segundo Class. Económica e Orgânica

CLASS. ECON.						DESIGNAÇÃO DE DESPESAS	Previsão 2011	Peso/orçamento
						Total Geral de Despesas	1.807.618.823	
						Despesas Correntes	468.020.761,00	25,89%
						Assembleia Municipal	6.993.480,00	0,39%
03	01	0				Despesas com Pessoal	5.718.480,00	
03	01	01				Remunerações certas e permanentes	4.518.480,00	
03	01	01	02			Pessoal do quadro	2.064.480,00	
03	01	01	03			Pessoal do contratado	0,00	
03	01	01	04			Despesas de representação	204.000,00	
03	01	01	05			Gratificações permanentes	250.000,00	
03	01	02	01	02		Outros suplementos e abonos	2.000.000,00	
03	01	00				Rem.Var. de Caracter n/Permanente	200.000,00	
03	01	02	02			Horas extraordinárias	0,00	
03	01	02	03			Alimentação e alojamento	200.000,00	
03	01	02	13			Remunerações diversas	0,00	
03	01	00				Dotação prov. das despesas com o pessoal	1.000.000,00	
03	01	04	01			Aumento salarial	0,00	
03	01	04	02			Recrutamento e nomeações	0,00	
03	01	04	03			Progressões	0,00	
03	01	04	05			Regressos	0,00	
03	01	04	06			Promoções	0,00	
03	01	04	90			Outras dotações	1.000.000,00	
03	02	00				Aquisições de Bens e Serviços	995.000,00	
03	02	01				Aquisições de Bens	50.000,00	
03	02	01	04			Material de escritório	50.000,00	
03	03	00				Aquisições de serviços	945.000,00	
03	03	03				Combustíveis e lubrificantes	30.000,00	
03	03	04				Conservação e reparação de bens	200.000,00	
03	03	07				Material de informática	200.000,00	
03	03	09				Publicidade e propaganda	0,00	
03	03	10				Comunicações	75.000,00	
03	03	14				Deslocações e estadias	100.000,00	
03	03	17				Outros serviços	0,00	
03	03	20				Limpeza Higiene e conforto	60.000,00	
03	03	21				Assistência técnica (residentes)	150.000,00	
03	03	22				Trabalhos especializados	0,00	
03	03	25				Outros fornecimentos e serviços externos	100.000,00	
03	03	29				Equipamentos de desgaste rápido	30.000,00	
03	04	90				Encargos não especificados	0,00	
03	03	00				Outras Despesas	280.000,00	
03	03	13				Seguros	130.000,00	
03	08	89				Despesas extraordinárias	100.000,00	
03	08	90				Outras despesas	50.000,00	
05	01	00				Maquinaria e Equipamento	0,00	
05	01	01	01	02	01	Equipamento de transporte	0,00	
						PRESIDÊNCIA DA CÂMARA	55.282.000,00	3,06%
03	01	00				Despesas com Pessoal	22.062.000,00	
03	01	01				Remunerações certas e permanentes	17.587.000,00	
03	01	01	01			Pessoal do quadro especial	5.175.000,00	
03	01	01	02			Pessoal do quadro	10.412.000,00	
03	01	01	03			Pessoal do contratado	0,00	
03	01	01	06			Pessoal em qualquer outra situação	0,00	
03	01	01	07			Gratificações permanentes	0,00	

CLASS. ECON.					DESIGNAÇÃO DE DESPESAS	Previsão 2011	Peso/orçamento
03	01	01	08		Despesas de representação	1.000.000,00	
03	01	01	09		Subsídios permanentes	250.000,00	
03	01	02	01	02	Outros suplementos e abonos	750.000,00	
03	01	00			Rem.Var. de Caracter n/Permanente	2.325.000,00	
03	01	02	01		Grat. eventuais	0,00	
03	01	02	02		Horas extraordinárias	75.000,00	
03	01	02	03		Alimentação e alojamento	750.000,00	
03	01	02	13		Remunerações diversas	0,00	
03	01	02	16		Subsídio de reintegração	1.500.000,00	
03	01	00			Dotação prov. das despesas com o pessoal	2.150.000,00	
03	01	04	01		Aumento salarial	150.000,00	
03	01	04	02		Recrutamento e nomeações	0,00	
03	01	04	03		Progressões	0,00	
03	01	04	05		Regressos	0,00	
03	01	04	06		Promoções	0,00	
03	01	04	90		Outras dotações	2.000.000,00	
					GABINETE APOIO A VERAÇÃO	1.480.000,00	
03	01	00			Despesas com Pessoal	1.480.000,00	
03	01	01			Remunerações certas e permanentes	1.450.000,00	
03	01	01	02		Pessoal do quadro	1.450.000,00	
03	01	01	03		Pessoal do contratado	0,00	
03	01	01	06		Pessoal em qualquer outra situação	0,00	
03	01	01	07		Gratificações permanentes	0,00	
03	01	04	09		Subsídios permanentes	0,00	
03	01	02	01	02	Outros suplementos e abonos	0,00	
03	01	00			Rem.Var. de Caracter n/Permanente	0,00	
03	01	02	02		Horas extraordinárias	0,00	
03	01	00			Dotação prov. das despesas com o pessoal	30.000,00	
03	01	04	01		Aumento salarial	30.000,00	
					GABINETE DO EMIGRANTE	1.480.000,00	
03	01	00			Despesas com Pessoal	1.480.000,00	
03	01	01			Remunerações certas e permanentes	1.450.000,00	
03	01	01	02		Pessoal do quadro	1.450.000,00	
03	01	01	03		Pessoal do contratado	0,00	
03	01	01	06		Pessoal em qualquer outra situação	0,00	
03	01	01	07		Gratificações permanentes	0,00	
03	01	02	01	02	Outros suplementos e abonos	0,00	
03	01	04	09		Subsídios permanentes	0,00	
03	01	00			Rem.Var. de Caracter n/Permanente	0,00	
03	01	02	02		Horas extraordinárias	0,00	
03	01	00			Dotação prov. das despesas com o pessoal	30.000,00	
03	01	04	01		Aumento salarial	30.000,00	
					PROMOÇÃO DA ECONOMIA LOCAL	1.480.000,00	
03	01	00			Despesas com Pessoal	1.480.000,00	
03	01	01			Remunerações certas e permanentes	1.450.000,00	
03	01	01	02		Pessoal do quadro	1.450.000,00	
03	01	01	03		Pessoal do contratado	0,00	
03	01	01	06		Pessoal em qualquer outra situação	0,00	
03	01	01	07		Gratificações permanentes	0,00	
03	01	02	01	02	Outros suplementos e abonos	0,00	
03	01	04	09		Subsídios permanentes	0,00	

CLASS. ECON.					DESIGNAÇÃO DE DESPESAS	Previsão 2011	Peso/orçamento
03	01	00			Rem.Var. de Caracter n/Permanente	0,00	
03	01	02	02		Horas extraordinárias	0,00	
03	01	00			Dotação prov. das despesas com o pessoal	30.000,00	
03	01	04	01		Aumento salarial	30.000,00	
03	02	00			Aquisições de bens e serviços	6.550.000,00	
03	02	01			Aquisições de bens	300.000,00	
03	02	03	07		Artigos honorífico e de decoração	300.000,00	
03	03	00			Aquisições de serviços	6.250.000,00	
03	03	01			Água	0,00	
03	03	02			Energia eléctrica	0,00	
03	03	03			Combustíveis e lubrificantes	0,00	
03	03	04			Conservação e reparação de bens	250.000,00	
03	03	09			Publicidade e propaganda	250.000,00	
03	03	10			Comunicações	1.100.000,00	
03	03	11			Transportes	0,00	
03	03	14			Deslocações e estadias	2.000.000,00	
03	03	15			Estudos, inv. pareceres e projectos	0,00	
03	03	17			Outros serviços	0,00	
03	03	18			Honorários	0,00	
03	03	20			Limpeza Higiene e conforto	0,00	
03	03	22			Trabalhos especializados	1.500.000,00	
03	03	25			Outros fornecimentos e serviços externos	850.000,00	
03	04	90	02		Encargos não especificados	300.000,00	
03	08	00			Outras Despesas	480.000,00	
03	08	01			Restituições	0,00	
03	08	03			Indemnizações	0,00	
03	03	13			Seguros	380.000,00	
03	08	90			Outras despesas	100.000,00	
05	01	00			Maquinaria e Equipamento	0,00	
05	01	01	01	02	01	Equipamento de transporte	0,00
					SECRETARIA GERAL	207.369.040,00	11,47%
					CONTRIBUIÇÃO E IMPOSTOS	4.895.140,00	
03	01	00			Despesas com Pessoal	4.895.140,00	
03	01	01			Remunerações certas e permanentes	4750140,00	
03	01	01	02		Pessoal do quadro	1.843.140,00	
03	01	01	03		Pessoal do contratado	557.000,00	
03	01	01	06		Pessoal em qualquer outra situação	2.250.000,00	
03	01	01	07		Gratificações permanentes	0,00	
03	01	02	01	02	Outros suplementos e abonos	100.000,00	
03	01	04	09		Subsídios permanentes	0,00	
03	01	00			Rem.Var. de Caracter n/Permanente	75.000,00	
03	01	02	02		Horas extraordinárias	75.000,00	
03	01	00			Dotação prov. das despesas com o pessoal	70.000,00	
03	01	04	01		Aumento salarial	70.000,00	
					RECURSOS HUMANOS	3.628.140,00	
03	01	00			Despesas com Pessoal	3.628.140,00	
03	01	01			Remunerações certas e permanentes	3518140,00	
03	01	01	02		Pessoal do quadro	2.718.140,00	
03	01	01	03		Pessoal do contratado	300.000,00	
03	01	01	06		Pessoal em qualquer outra situação	500.000,00	

CLASS. ECON.					DESIGNAÇÃO DE DESPESAS	Previsão 2011	Peso/orçamento
03	01	01	07		Gratificações permanentes	0,00	
03	01	02	01	02	Outros suplementos e abonos	0,00	
03	01	04	09		Subsídios permanentes	0,00	
03	01	00			Dotação prov. das despesas com o pessoal	75.000,00	
03	01	02	02		Aumento salarial	75.000,00	
03	01	00			Rem.Var. de Caracter n/Permanente	35.000,00	
03	01	04	01		Horas extraordinárias	35.000,00	
					ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	198.845.760,00	
03	01	00			Despesas com Pessoal	92.340.760,00	
3,00	1,00	1,00			Remunerações certas e permanentes	34.770.760,00	
03	01	01	02		Pessoal do quadro	7.550.000,00	
03	01	01	03		Pessoal do contratado	8.477.760,00	
03	01	01	06		Pessoal em qualquer outra situação	18.143.000,00	
03	01	01	07		Gratificações permanentes	0,00	
03	01	02	01	02	Outros suplementos e abonos	100.000,00	
03	01	04	09		Subsídios permanentes	500.000,00	
03	01	00			Rem.Var. de Caracter n/Permanente	2.910.000,00	
03	01	02	01		Grat. eventuais (Abono para falhas)	250.000,00	
03	01	02	02		Horas extraordinárias	1.660.000,00	
03	01	02	03		Alimentação e alojamento	1.000.000,00	
03	01	02	13		Remunerações diversas	0,00	
03	01	00			Dotação prov. das despesas com o pessoal	51.750.000,00	
03	01	04	01		Aumento salarial	1.000.000,00	
03	01	04	02		Recrutamento e nomeações	40.000.000,00	
03	01	04	03		Progressões	1.000.000,00	
03	01	04	05		Regressos	0,00	
03	01	04	06		Promoções	1.000.000,00	
03	01	04	90		Outras dotações	8.750.000,00	
03	02	00			Aquisições de Bens e Serviços	67.525.000,00	
03	02	01	00		Aquisições de Bens	4.325.000,00	
03	02	03	03		Roupas vestuários e calçados	350.000,00	
03	02	03	04		Material de escritório	1.600.000,00	
03	02	03	05		Material de educação cultura e recreio	0,00	
03	02	03	06		Material de transporte - peças	2.000.000,00	
03	02	03	07		Artigos honorífico e de decoração	300.000,00	
03	02	03	08		Material de alojamento	0,00	
03	02	03	09		Medicamentos	75.000,00	
03	03	00			Aquisições de serviços	63.200.000,00	
03	03	01			Água	1.000.000,00	
03	03	02			Energia eléctrica	9.000.000,00	
03	03	03			Combustíveis e lubrificantes	18.500.000,00	
03	03	04			Conservação e reparação de bens	3.000.000,00	
03	03	06			Taxas de serviços bancários	1.200.000,00	
03	03	07			Material de informática	2.000.000,00	
03	03	09			Publicidade e propaganda	350.000,00	
03	03	10			Comunicações	3.750.000,00	
03	03	11			Transportes	0,00	
03	03	13			Seguros	1.500.000,00	
03	03	14			Deslocações e estadias	1.500.000,00	
03	03	15			Estudos, inv. pareceres e projectos	3.750.000,00	

CLASS. ECON.						DESIGNAÇÃO DE DESPESAS	Previsão 2011	Peso/orçamento
03	03	16				Rendas e alugueres	4.000.000,00	
03	03	17				Outros serviços	250.000,00	
03	03	18				Honorários	2.500.000,00	
03	03	19				Vigilância e segurança	1.000.000,00	
03	03	20				Limpeza Higiene e conforto	800.000,00	
03	03	21				Assistência técnica (residentes)	150.000,00	
03	03	22				Trabalhos especializados	3.500.000,00	
03	03	25				Outros fornecimentos e serviços externos	5.000.000,00	
03	03	29				Equipamentos de desgaste rápido	300.000,00	
03	04	90	02			Encargos não especificados	150.000,00	
03	04	00				Juros e Outros Encargos	12.400.000,00	
03	04	01				Juros de dívida pública interna	11.900.000,00	
03	04	01	03			Outros encargos	500.000,00	
03	06	00				Transferências	8.280.000,00	
03	06	01	02	01	02	Pagamento da quota a AMS	840.000,00	
03	06	01	02	01	03	Transferência para UCLA	600.000,00	
03	06	01	02	01	04	Julgamento de contas de gerência	300.000,00	
03	06	01	02	01	05	Outras Associações(ASDIS)	1.000.000,00	
03	06	01	02	01	06	Outras Associações(Morabi)	2.000.000,00	
03	06	01	02	01	07	Pagamento da quota a ANMCV	1.040.000,00	
03	06	01	02	01	09	Outras transf. (Associações diversas)	2.500.000,00	
05	01	00				Maquinaria e Equipamento	18.300.000,00	
05	01	01	01	02	01	Equipamento de transporte	15.000.000,00	
05	01	01	01	02	02	Outras maquinarias e equipamentos	2.000.000,00	
05	01	01	01	02	03	Motos e motociclos	750.000,00	
05	01	01	01	02	04	Ferramentas e utensílios	200.000,00	
05	02	03	90			Productos diversos	350.000,00	
						GABINETE TÉCNICO	47.000.000,00	2,60%
						OBRAS	20.800.000,00	
03	01	00				Despesas com Pessoal	20.800.000,00	
03	01	01				Remunerações certas e permanentes	17.950.000,00	
03	01	01	02			Pessoal do quadro	4.200.000,00	
03	01	01	03			Pessoal do contratado	5.250.000,00	
03	01	01	06			Pessoal em qualquer outra situação	7.500.000,00	
03	01	01	07			Gratificações permanentes	0,00	
03	01	02	01	02		Outros suplementos e abonos	0,00	
03	01	04	09			Subsídios permanentes	1.000.000,00	
03	01	00				Dotação prov. das despesas com o pessoal	350.000,00	
03	01	02	02			Aumento salarial	350.000,00	
03	01	00				Rem.Var. de Caracter n/Permanente	2.500.000,00	
03	01	04	01			Horas extraordinárias	2.500.000,00	
						URBANISMO E PROJECTOS	7.850.000,00	
03	01	00				Despesas com Pessoal	7.850.000,00	
03	01	01				Remunerações certas e permanentes	7.150.000,00	
03	01	01	02			Pessoal do quadro	4.150.000,00	
03	01	01	03			Pessoal do contratado	2.000.000,00	
03	01	01	06			Pessoal em qualquer outra situação	0,00	
03	01	01	07			Gratificações permanentes	0,00	
03	01	02	01	02		Outros suplementos e abonos	0,00	
03	01	04	09			Subsídios permanentes	1.000.000,00	

CLASS. ECON.					DESIGNAÇÃO DE DESPESAS	Previsão 2011	Peso/orçamento
03	01	00			Dotação prov. das despesas com o pessoal	100.000,00	
03	01	02	02		Aumento salarial	100.000,00	
03	01	00			Rem.Var. de Caracter n/Permanente	600.000,00	
03	01	04	01		Horas extraordinárias	600.000,00	
					GABINETE TÉCNICO - Secretaria	8.400.000,00	
03	01	00			Despesas com Pessoal	8.400.000,00	
03	01	01			Remunerações certas e permanentes	5.800.000,00	
03	01	01	02		Pessoal do quadro	3.250.000,00	
03	01	01	03		Pessoal do contratado	0,00	
03	01	01	06		Pessoal em qualquer outra situação	1.000.000,00	
03	01	01	07		Gratificações permanentes	0,00	
03	01	01	09		Subsídios permanentes	900.000,00	
03	01	02	01	02	Outros suplementos e abonos	250.000,00	
03	01	02	02		Horas extraordinárias	0,00	
03	01	02	03		Alimentação e alojamento	400.000,00	
03	01	00			Dotação prov. das despesas com o pessoal	2.600.000,00	
03	01	04	01		Aumento salarial	100.000,00	
03	01	04	02		Recrutamento e nomeações	0,00	
03	01	04	03		Progressões	0,00	
03	01	04	05		Regressos	0,00	
03	01	04	06		Promoções	0,00	
03	01	04	90		Outras dotações	2.500.000,00	
03	03	00			Aquisições de serviços	9.950.000,00	
03	03	04			Conservação e reparação de bens	4.300.000,00	
03	03	15			Estudos, inv. pareceres e projectos	5.000.000,00	
03	03	17			Outros serviços	150.000,00	
03	03	25			Outros fornecimentos e serviços	500.000,00	
					DIRECÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	73.996.098,00	4,09%
03	01	00			Despesas com Pessoal	21.521.098,00	
03	01	01			Remunerações certas e permanentes	20.301.098,00	
03	01	01	02		Pessoal do quadro	1.883.000,00	
03	01	01	03		Pessoal do contratado	1.862.020,00	
03	01	01	06		Pessoal em qualquer outra situação	16.406.078,00	
03	01	01	07		Gratificações permanentes	0,00	
03	01	01	09		Subsídios permanentes	0,00	
03	01	02	01	02	Outros suplementos e abonos	150.000,00	
03	01	00			Rem.Var. de Caracter n/Permanente	420.000,00	
03	01	02	02		Horas extraordinárias	120.000,00	
03	01	02	03		Alimentação e alojamento	300.000,00	
03	01	02	13		Remunerações diversas	0,00	
03	01	00			Dotação prov. das despesas com o pessoal	800.000,00	
03	01	04	01		Aumento salarial	400.000,00	
03	01	04	02		Recrutamento e nomeações	0,00	
03	01	04	03		Progressões	0,00	
03	01	04	05		Regressos	0,00	
03	01	04	06		Promoções	0,00	
03	01	04	90		Outras dotações	400.000,00	
03	02	00			Equipamento Administrativo	300.000,00	
03	02	01			Aquisições	0,00	
03	02	03	90		Productos diversos	300.000,00	
03	02	00			Aquisições de Bens e Serviços	2.875.000,00	
03	02	03	03		Roupas vestuários e calçados	50.000,00	
03	02	03	04		Material de escritório	75.000,00	

CLASS. ECON.					DESIGNAÇÃO DE DESPESAS	Previsão 2011	Peso/orçamento
03	02	03	09		Medicamentos	750.000,00	
03	02	03	90		Outros bens	2.000.000,00	
03	06	00			Transferências	30.500.000,00	
03	06	04	01	05	Outras transf. (Associações diversas)	7.500.000,00	
03	06	04	01	06	Transf. ás Ass.Desp.Rec. e Culturais	3.000.000,00	
03	06	04	01	07	Promoção de festividades no Concelho	20.000.000,00	
03	01	00			Benefícios Sociais	3.850.000,00	
03	01	03	01		Benefícios sociais numerário	500.000,00	
03	01	03	04		Benefícios Sociais em espécie	350.000,00	
03	01	03	05		Atribuição de cestas básicas	3.000.000,00	
03	07	00			Benefícios de Assistência Social	1.200.000,00	
03	07	03	01		Evacuação de doentes	1.000.000,00	
03	07	03	02		Outros	200.000,00	
03	03	00			Outras Despesas	13.750.000,00	
03	03	13			Seguros	250.000,00	
03	07	10			Apoio aos jardins infantis	1.000.000,00	
03	07	11			Transportes	9.000.000,00	
03	08	89			Despesas extraordinárias	2.000.000,00	
03	08	90			Outras despesas	1.500.000,00	
					DIRECÇÃO DE AMBIENTE E SANEAMENTO	71.677.867,00	3,97%
03	01	00			Despesas com Pessoal	67.427.867,00	
03	01	01			Remunerações certas e permanentes	61.527.867,00	
03	01	01	01		Pessoal do quadro	4.377.000,00	
03	01	01	03		Pessoal do contratado	11.600.430,00	
03	01	01	06		Pessoal em qualquer outra situação	45.050.437,00	
03	01	01	07		Gratificações permanentes	0,00	
03	01	01	09		Subsídios permanentes	100.000,00	
03	01	02	01	02	Outros suplementos e abonos	400.000,00	
03	01	00			Rem.Var. de Caracter n/Permanente	3.950.000,00	
03	01	02	01		Grat. eventuais	50.000,00	
03	01	02	02		Horas extraordinárias	3.600.000,00	
03	01	02	03		Alimentação e alojamento	300.000,00	
03	01	02	13		Remunerações diversas	0,00	
03	01	00			Dotação prov. das despesas com o pessoal	1.950.000,00	
03	01	04	01		Aumento salarial	1.200.000,00	
03	01	04	02		Recrutamento e nomeações	0,00	
03	01	04	03		Progressões	0,00	
03	01	04	05		Regressos	0,00	
03	01	04	06		Promoções	0,00	
03	01	04	90		Outras dotações	750.000,00	
03	03	00			Aquisições de bens e serviços	1.000.000,00	
03	03	17			Outros serviços	750.000,00	
03	02	00			Aquisições de Bens	250.000,00	
03	02	03	03		Roupas vestuários e calçados	200.000,00	
03	02	03	04		Material de escritório	50.000,00	
03	08	00			Outras Despesas	3.000.000,00	
03	08	89			Despesas extraordinárias	0,00	
03	08	90			Outras despesas	3.000.000,00	
					JUVENTUDE CULTURA E DESPORTO	28.317.276,00	1,57%
03	01	00			Despesas com Pessoal	6.567.276,00	
03	01	01			Remunerações certas e permanentes	6.376.776,00	
03	01	01	02		Pessoal do quadro	4.376.776,00	
03	01	01	03		Pessoal do contratado	0,00	

CLASS. ECON.					DESIGNAÇÃO DE DESPESAS	Previsão 2011	Peso/orçamento
03	01	01	06		Pessoal em qualquer outra situação	2.000.000,00	
03	01	01	07		Gratificações permanentes	0,00	
03	01	02	01	02	Outros suplementos e abonos	0,00	
03	01	04	09		Subsídios permanentes	0,00	
03	01	00			Rem.Var. de Caracter n/Permanente	90.000,00	
03	01	02	02		Horas extraordinárias	90.000,00	
03	01	00			Dotação prov. das despesas com o pessoal	100.500,00	
03	01	04	01		Aumento salarial	100.500,00	
03	06	00			Transferências	21.750.000,00	
03	06	04	01	06	Transf. ás Ass.Desp.Rec. e Culturais	2.000.000,00	
03	06	04	01	08	Actividades culturais desport e recreativas	19.750.000,00	
					GABINETE DE ESTUDO E PLANEAMENTO	2.295.000,00	0,13%
03	01	00			Despesas com Pessoal	2.295.000,00	
03	01	01			Remunerações certas e permanentes	2250000,00	
03	01	01	02		Pessoal do quadro	2.250.000,00	
03	01	01	03		Pessoal do contratado	0,00	
03	01	01	06		Pessoal em qualquer outra situação	0,00	
03	01	01	07		Gratificações permanentes	0,00	
03	01	02	01	02	Outros suplementos e abonos	0,00	
03	01	04	09		Subsídios permanentes	0,00	
03	01	00			Rem.Var. de Caracter n/Permanente	0,00	
03	01	02	02		Horas extraordinárias	0,00	
03	01	00			Dotação prov. das despesas com o pessoal	45.000,00	
03	01	04	01		Aumento salarial	45.000,00	
04	52	01			Passivos Financeiros	13.500.000,00	
04	52	01	02		Amortização de dívidas L/prazo	13.500.000,00	
03	07	00			DESPESAS COMUNS	8.006.000,00	
03	07	01	01	05	Pensão de aposentação	5.000.000,00	
03	07	01	01	06	Pensão de sobrevivência	1.500.000,00	
03	07	01	01	07	Subsídio de funeral OU MORTE	500.000,00	
03	07	01	01	08	Pensão de invalidez	100.000,00	
03	07	01	01	09	Pensao Alimenticia	756.000,00	
03	07	01	01	10	Benefícios Sociais em espécie	150.000,00	
03	08	00			CONTAS DE ORDEM	106.001.140,00	
03	08	01			IUR	15.000.000,00	
03	08	02			Restituições	500.000,00	
03	08	03			Indemnizações	500.000,00	
03	08	04			Previdência social	17.500.000,00	
03	08	05			Despesas global dos S.Aut. de Água	67.822.000,00	
03	08	06			Serviços Municipalizados de P. Social	0,00	
03	08	07			Sindicato	375.000,00	
03	08	08			Retenção para reforma atrasada	304.140,00	
03	08	89			Despesas extraordinárias	500.000,00	
03	08	90			Outras despesas	3.500.000,00	

RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL POR CAPÍTULOS

Receitas Correntes			Despesas Correntes		
	Valor	% no Orç		Valor	% no Orç
Receitas Fiscais:			Pessoal:		
Impostos	55.078.873	3,05%	Remunerações Certas e Permanentes	190.850.261	10,56%
Outras receitas fiscais	201.843	0,01%	Remunerações Variáveis caracter não permanente	13.105.000	0,72%
Receitas não fiscais			Dotação Provisional das Despesas com Pessoal	61.080.500	3,38%
Multas e outras penalidades	2.171.646	0,12%	Aquisição de Bens e Serviços	88.895.000	4,92%
Taxas e preços publicos	50.060.075	2,77%	Fornecimento de Serviços Externos	23.650.000	1,31%
Emolumentos e custas	208.144	0,01%	Tranferências Correntes	60.530.000	3,35%
Rendimentos de propriedade	101.439.431	5,61%			
Bens e serviços não patrimoniais	1.138.999	0,06%	Encargos Financeiros	12.400.000	0,69%
Transferencias Correntes	330.975.012	18,31%	Outras despesas correntes	17.510.000	0,97%
Outras receitas correntes	116.850.000	6,46%			
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	658.124.023	36,41%	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	468.020.761	25,89%
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS de CAPITAL		
Imobilizações Corporeas	322.847.953	17,86%	Investimentos	1.195.590.922	70,81%
Transferencias de Capital	253.297.753	14,01%	Amortização dos passivos financeiros	30.000.000	1,66%
Emprestimos obtidos	484.482.094	26,80%	Total das Desp. de Capital	1.225.590.922	67,80%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	1.060.627.800		Despesas comuns	8.006.000	0,44%
Contas de Ordem	88.867.000	4,92%	Contas de Ordem	106.001.140	5,86%
			Serviços Municipalizados	67.822.000	3,75%
TOTAL GERAL	1.807.618.823	100,0%	TOTAL GERAL	1.807.618.823	100,00%

SERVIÇOS AUTÓNOMOS DE ÁGUA E SANEAMENTO

Orçamento das Receitas para o ano 2011

Conta	Descrição	
7110101	Rede domiciliária	40.900.000
7110102	Fontenário / Chafariz	2.800.000
7110103	Autotanques próprios	5.800.000
7110104	Autotanques privados	2.700.000
7110105	Cisternans Comunitárias	520.000
7110107	Venda Rotina	980.000
7110301	Rega por alagamento	210.000
7110302	Rega gota a gota	352.000
72501	Contrato ligação de água	3.078.000
72502	Taxa de religação de água	1.000.000
72503	Taxa de Inscrição dos canalizadores	50.000
72504	Pedido de baixa	140.000
72505	Aluguer de contadores	5.800.000
75802	Portinholas	2.100.000
75801	Impressos	1.392.000
	TOTAL:.....	67.822.000

Orçamento das Despesas para o ano 2011

Conta	Descrição	Orçamento
652	Funcionamento do SAAS	31.120.000
6120201	Acompanhamento, Produção e distribuição de Água	26.580.000
63206	Educação para Pagamento e uso racional de Água	680.000
63203	Implementação de um novo Estatuto	500.000
63104	Implementação de um novo PCCS	1.000.000
6120504	Implementação de novas redes de abastecimento Água	5.900.000
6120505	Recrutamento e formação de funcionários	1.107.000
656	Acompanhamento Projectos Abastecimento Água	242.000
6561	Acompanhamento da Implementação da nova Tarifa	693.000
	TOTAL:.....	67.822.000

Despesa de Capital - Investimento

PREVISÃO DAS DESPESAS DE INVESTIMENTOS SEGUNDO CLASS. ECONÓMICA

Class. Econ.					Descrição	Previsão Ano 2011	Peso Orç Investimento	Peso Orçamento
03	09	00	00	00	Despesa de Capital - Investimento	1.195.590.922	100,00%	66,14%
03	09	01	00	00	Cultura			
03	09	01	01	00	Planeamento do desenvolvimento cultural	5.200.000		
03	09	01	01	01	Elaboração do plano de desenvolvimento cultural	1.200.000		
03	09	01	01	02	Elaboração do projecto «Rede de Museologia de Santa Catarina»	4.000.000		
03	09	01	02	01	Zona histórica de Assomada	1.000.000		
03	09	01	01	04	Elaboração do Projecto «Palácio da Cultura»	1.000.000		
03	09	01	03	00	Aquisição de equipamentos musicais e de som	1.000.000		
03	09	01	04	00	Academia de Arte e Cultura- Equipamentos	750.000		
03	09	01	05	00	Parcerias	7.000.000		
03	09	01	05	01	Parceria para a construção do Centro Interpretativo de Fonte Lima	3.000.000		
03	09	01	05	02	Parceria para a construção e requalificação de monumentos religiosos	4.000.000		
03	09	01	06	00	Formação	4.400.000		
03	09	01	06	01	Formação municipal para jovens	500.000		
03	09	01	06	02	Atelier internacional sobre museologia comunitária	3.000.000		
03	09	01	06	03	Ação de formação em língua inglesa para jovens	300.000		
03	09	01	06	04	Formação p/criação da Banda Municipal	600.000		
03	09	01	07	00	Biblioteca Municipal/Universitária	500.000		
03	09	01	07	01	Aquisição de bibliografias	500.000		
03	09	01	09	00	Ensino Superior	41.150.000		
03	09	01	09	01	Gestão dos Protocolos de Cooperação	500.000		
03	09	01	09	02	Bolsas de estudo	37.150.000		
03	09	01	09	03	Outros apoios ao ensino superior	3.000.000		
03	09	01	09	04	Acompanhamento dos estudantes superior	500.000		
					Total	61.000.000		
03	09	01	10	00	Associativismo e desenvolvimento comunitário			
03	09	01	10	01	Apoio às Associações de Desenvolvimento Local	200.000		
03	09	01	10	02	Reforço e aquisição de equipamentos para centros comunitários	700.000		
03	09	01	10	03	Parceria para o desenvolvimento do voluntariado	500.000		
03	09	01	10	04	Parceria com organizações representativas dos pescadores	500.000		
03	09	01	10	04	Programa de oferta de serviços sociais nos Centros Comunitários	1.000.000		
03	09	01	10	05	Parceria com organizações representativas dos agricultores	250.000		
03	09	01	10	06	Criação e Implementação da Estação Rádio-Comunitária de Santa Catarina	4.543.100		
03	09	01	10	07	Restruturação da Fundação "Padre Luiz Allaz"	1.000.000		
					Total	8.693.100		
03	09	01	11	00	Emprego e Formação Profissional			
03	09	01	11	01	Elaboração do plano de formação profissional	900.000		
03	09	01	11	02	Financiamento da formação profissional de jovens	1.100.000		
03	09	01	11	03	Acompanhamento dos estudantes em formação profissional no exterior	300.000		
					Total	2.300.000		
03	09	01	12	00	Programas para a juventude			
03	09	01	12	01	Implementação de espaços jovens	7.000.000		
03	09	01	12	02	Programas de intercâmbio nac e intern	2.000.000		
03	09	01	12	03	Parcerias com organizações juvenis	2.000.000		
					Total	11.000.000		
					Total de 03 09 01 00 00	82.993.100	6,94%	4,59%
03	09	02	00	00	POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES EXTERNAS			
03	09	02	01	00	DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DO MUNICIPIO			
03	09	02	01	01	ESTUDO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS PROJECTOS DE TERCIARIZAÇÃO			
03	09	02	01	01	CONSOLIDAÇÃO DA TRANSIÇÃO PARA O NOVO MERCADO MUNICIPAL	6.500.000		
03	09	02	01	01	EMPRESA E GESTÃO DE FEIRAS E MERCADOS	1.000.000		
03	09	02	01	01	EMPRESA GESTÃO DE RECINTOS DESPORTIVOS E OUTROS LOCAIS	1.500.000		
03	09	02	01	01	ESTUDO DO MERCADO E A VIABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EMPRESAS MUNICIPAIS (RECINTOS DEPORTIVOS, FEIRAS E MRECADOS)	1.500.000		
03	09	02	01	01	RESTRUTURAÇÃO DAS OFICINAS DE MECANICA E DE CARPINTARIA	2.000.000		
					TOTAL	12.500.000		

Class. Econ.						Descrição	Previsão Ano 2011	Peso Orç Investimento	Peso Orçamento
03	09	02	01	02	00	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SANTA CATARINA			
03	09	02	01	02	01	PLANO DE ESTRATÉGICO DESENVOLVIMENTO TURISTICO EM SANTA CATARINA	1.500.000		
03	09	02	01	02	02	PLANO OPERACIONAL PARA IMPLMETATAÇÃO DO TURISMO EM SANTA CATARINA	500.000		
03	09	02	01	02	03	CONSOLIDADÇÃO DA PARCERIA ESTRATÉGICA PARA A O DESENVOLVIMENTO TURISTICO	1.000.000		
03	09	02	01	02	04	DINAMIZAÇÃO DOS MICRO PROJECTOS TURISTICOS PARA AS ZONAS DE S.C. COM POTENCIALIDADES	500.000		
03	09	02	01	02	06	REALIZAÇÃO DA MESA REDONDA - RIBEIRA DA BARCA, VILA PORTUARIA	9.000.000		
						TOTAL	12.500.000		
03	09	02	01	03	00	PROMOÇÃO EMPRESARIAL			
03	09	02	01	03	01	PARCERIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENCIA ADEI	500.000		
03	09	02	01	03	02	REALIZAÇÃO DE FEIRA INTERNACIONAL DE ASSOMADA FIA	7.500.000		
03	09	02	01	03	03	ELABARAÇÃO DO PROJECTO “ CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A INOVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL”	1.000.000		
03	09	02	01	03	04	IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO DE “ENTREPOSTO DE INDÚSTRIA DE CARNES DE SANTA CATARINA”	1.500.000		
03	09	02	01	03	05	INCENTIVO À MODERNIZAÇÃO DA PESCA	1.500.000		
03	09	02	01	03	06	ESTUDO S/NOVAS OPORTNIDADES DE NEGOCIOS EM SANTA CATRINA	1.000.000		
03	09	02	01	03	07	criação de ambiente favorável à fixação de empresas estrangeiras no municipio	500.000		
						TOTAL	13.500.000		
03	09	02	01	04	00	MODERNIZAÇÃO MUNICIPAL			
03	09	02	01	04	01	REFORÇO E CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL	1.000.000		
03	09	02	01	04	02	EXPANSÃO DE INTERNET SEM FIOS EM ASSOMADA	500.000		
03	09	02	01	04	03	REFORÇO DO SISTEMA INFORMÁTICO (aquisição e desenvolvimento de novos Softwares e equipamentos estruturantes)	500.000		
03	09	02	01	04	04	criação e instalação de delegações municipais	3.000.000		
						TOTAL	5.000.000		
03	09	02	01	05	00	Comunicação e relações públicas			
03	09	02	01	05	01	Formação dos recepcionistas da Camara Municipal	150.000		
03	09	02	01	05	02	Criação de site da Câmara Municipal	200.000		
03	09	02	01	05	03	Revista do Concelho e outras publicações	2.000.000		
03	09	02	01	05	04	Sub-contratos	1.800.000		
						TOTAL	4.150.000		
03	09	02	01	06	00	RELAÇOES EXTERNAS			
03	09	02	01	06	01	REFORÇO E INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE/ ASSOCIAÇÃO DE S. CATARINA NA DIÁSPORA	500.000		
03	09	02	01	06	02	REALIZAÇÃO DO ENCONTROS DE EMIGRANTES	700.000		
03	09	02	01	06	03	RECOLHA E DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO JUNTO ÀS COMUNIDADES EMIGRADAS	400.000		
03	09	02	01	06	04	PARCERIA COM AS ASSOCIAÇÕES CABO-VERDIANAS NO EXTERIOR	1.000.000		
03	09	02	01	06	05	INTERCÂMBIOS NO QUADRO DA COOPERAÇÃO COM MUNICIPIOS ESTRANGEIROS	1.000.000		
						TOTAL	3.600.000		
03	09	02	01	07	00	CONSOLIDAÇÃO DA COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA			
03	09	02	01	07	01	REFORÇO DA COOPERAÇÃO COM OS MUNICIPIOS GEMINADOS OU COM ACORDOS DE COOPERAÇÃO	500.000		
03	09	02	01	07	02	COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA COM MUNICIPIOS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, ANGOLA E SENEGAL	500.000		
03	09	02	01	07	03	DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO OUTROS (FÁTIMA, OUREM ETC)	500.000		
						TOTAL	1.500.000		
03	09	02	01	07	00	GESTÃO DE PROXIMIDADE			
03	09	02	01	07	01	GESTÃO DIALOGO E A PARCERIA COM COMUNIDADES ESTRANGEIRAS	1000000		
03	09	02	01	07	02	OUTRAS ACÇÕES DE GESTÃO DE PROXIMIDADE	1000000		
						TOTAL	2.000.000		

Class. Econ.						Descrição	Previsão Ano 2011	Peso Orç Investimento	Peso Orçamento
						TOTAL de 03 09 02 00 00	54.750.000	4,58%	3,03%
03	09	03	00	00	00	COMÉRCIO ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
03	09	03	01	00	00	Estruturação do Comércio, Administração e Finanças			
03	09	03	01	01	00	Comércio - Mercados e Feiras			
03	09	03	01	01	01	Criação de zonas de baixas para dias de feira	1.000.000,00		
03	09	03	01	01	02	Formação para Vendedeiras	500.000,00		
03	09	03	01	01	04	Comercio Legal Santa Catarina			
03	09	03	01	02	00	Contribuições e Impostos			
03	09	03	01	02	01	Plano de sensibilização dos contribuintes	550.000,00		
03	09	03	01	02	02	Revisão de código de Postura Municipal	500.000,00		
03	09	03	01	02	03	Criação de um Serviço da Dívida da Câmara Municipal	1.500.000,00		
03	09	03	01	02	04	Implementação do serviço de cobrança dívidas	0		
03	09	03	01	03	00	Fiscalização			
03	09	03	01	03	01	Plano de fiscalização comercial	0		
03	09	03	01	03	02	Reforço institucional dos Serviços de Fiscalização	500.000,00		
03	09	03	01	03	03	Fomação de pessoal	1.500.000,00		
						Total de 03 09 03 00 00	6.050.000,00 ECV	0,51%	0,33%
03	09	04	00	00	00	Urbanismo e Patrimónios municipais			
03	09	04	01	00	00	Planeamento Urbanístico			
03	09	04	01	01	00	Plano detalhado de achada Galego(continuação)	3.000.000		
03	09	04	01	02	00	Plano de requalificação de Junco	2.800.000		
03	09	04	01	03	00	Plano de Detalhado de Rincao	2.500.000		
03	09	04	01	04	00	Plano Detalhado de Chão Baixo-Chão de Tanque	3.000.000		
03	09	04	01	05	00	Plano Detalhado\ampliação de Ponta Cruz-Chão de Tanque	800.000		
						Total	12.100.000		
03	09	04	02	00	00	Urbanização			
03	09	04	02	01	00	Construção do parque de estacionamento de viaturas	7.000.000		
03	09	04	02	02	00	Construção de Infraestruturas nos Bairros	2.000.000		
03	09	04	02	03	00	Correção dos Pavimentação das Ruas	2.200.000		
03	09	04	02	04	00	Arranjos urbanísticos na cidade	3.000.000		
03	09	04	02	05	00	Aquisição de terrenos para loteamento	150.000.000		
03	09	04	02	06	00	Plano de ordenamento dos arredores do Estádio Municipal	5.000.000		
03	09	04	02	07	00	Elaboração do cadastro predial	3000000		
						Total	172.200.000		
03	09	04	03	00	00	Obras de desportos e tempos livres			
03	09	04	03	01	00	Desporto			
03	09	04	03	01	01	Construção do campo de treino do Polidesportivo Nhagar	3.000.000		
03	09	04	03	01	02	Const. Polidesp Fig Naus, Engenhos, Chão Tanque A.Gomes	34.100.000		
03	09	04	03	01	03	Placas desp Bolanha, Achada Ponta, Achada Tossa Pingo Chuva	12.000.000		
03	09	04	03	01	04	Construção/ conclusão Estádio municipal	40.000.000		
03	09	04	03	01	05	Requalificação das infraestruturas desportivas (Assomada, Achada Galego, Achada Lém e Cruz Grande)	15.000.000,00		
						Total	104.100.000		
03	09	04	03	02	00	Edifícios e Obras públicas			
03	09	04	03	02	01	Conservação e manutenção de edifícios municipais	1.000.000		
03	09	04	03	02	02	Edifício anexo de Cinema municipal	8.000.000		
03	09	04	03	02	03	Projecto «Praça Cultural» ao lado do cinema	1.000.000		
03	09	04	03	02	04	Ordenamento dos arredores de estadio municipal	2.000.000		
03	09	04	03	02	05	Requalificação de centros comunitarios e da Juventude	3.000.000		
						Total	15.000.000		

Class. Econ.						Descrição	Previsão Ano 2011	Peso Orç Investimento	Peso Orçamento
03	09	04	04	00	00	Ensino pre escolar			
03	09	04	04	01	00	Construção de Jardins em Palha Carga, Pau Verde, Pinha de Engenho e Serra da Malagueta	10.000.000		
03	09	04	04	02	00	Conclusão de jardim de João Bernardo	2.000.000		
03	09	04	04	03	00	Jardim de Mancholy	4.500.000		
03	09	04	04	04	00	Manutenção e Conservação de Jardins Infantis	2.000.000		
						Total	18.500.000		
03	09	04	05	00	00	Saneamento e salubridade	5.450.000		
03	09	04	05	01	00	Expansão do cemitério de NHAGAR	5.000.000		
03	09	04	05	02	00	Beneficiação do cemitério de Ribeira da Barca	150.000		
03	09	04	05	03	00	Beneficiação do cemitério de Figueira das Naus	150.000		
03	09	04	05	04	00	Beneficiação do cemitério de Rincão	150.000		
03	09	04	06	00	00	Requalificação Urbana Cidade	35.800.000		
03	09	04	06	01	00	Requalificaçã zona histórica de Assomada	4.000.000		
03	09	04	06	02	00	Continuação das obras de arruamento da cidade	15.000.000		
03	09	04	06	03	00	Pintura das casas e das fachadas	3.000.000		
03	09	04	06	04	00	Sinalização das passeadeiras da Cidade de Assomada	2.000.000		
03	09	04	06	05	00	Cobertura de valas	10.400.000		
03	09	04	06	06	00	Construção pracinha F.NAUS	400.000		
03	09	04	06	07	00	Construção de pracinha de Nhagar(intermedi acesso Boentrada)	1.000.000		
						Total	41.250.000		
03	09	04	07	00	00	Desenvolvimento economico			
03	09	04	07	01	00	Mercados e Feiras			
03	09	04	07	01	01	Const. Terceiro piso do Mercado Novo	33.500.000		
03	09	04	07	01	02	Projecto «Centro Comercial Sucupira»	306.000.000		
						Total	339.500.000		
03	09	04	08	00	00	Transportes e Comunicação			
03	09	04	08	01	00	Rede viária	29.587.822		
03	09	04	08	01	01	Conclusão calcetamento Shell a Gil-Pispo Trás	15.000.000		
03	09	04	08	01	02	Muros de proteção de Boa Entrada, Fonte Lima (Colegio)	2.000.000		
03	09	04	08	01	03	Arruamentos de achada Lem	12.587.822		
03	09	04	08	02	00	Reparação dos caminhos vicinais:	8.700.000		
03	09	04	08	02	01	Arribada a Saltos	350.000		
03	09	04	08	02	02	Boentradinha	350.000		
03	09	04	08	02	03	Entre Picos Boentrada a Pau Verde	350.000		
03	09	04	08	02	04	Calcetamento do acesso a Achada Braz	350.000		
03	09	04	08	02	05	Achada Grande, Chã de Lagoa a Entre-Picos de Reda	950.000		
03	09	04	08	02	06	Cuba e Bole em Figueira das Naus	350.000		
03	09	04	08	02	07	Estrada Cabeça Careira à Igreja Santa Catarina	6.000.000		
03	09	04	08	03	00	Sinalização Rodoviária	500.000		
						Total	38.787.822		
03	09	04	09	00	00	PROTECÇÃO CIVIL			
03	09	04	09	01	00	Construção Quartel de Bombeiros	37.740.576		
						Total	37.740.576		

Class. Econ.						Descrição	Previsão Ano 2011	Peso Orç Investimento	Peso Orçamento
						Total de 03 09 04 00 00	779.178.398	65,17%	43,11%
03	09	05	00	00	00	Desenvolvimento Social			
03	09	05	01	00	00	Plano de Desenvolvimento Social (PDS)			
03	09	05	01	01	00	Concertacao com Instituicoes de Cariz Social no Concelho	200.000		
03	09	05	01	02	00	Parceria na planificacao e realizacao de actividades com instituicoes publicas e privadas	1.000.000		
						Total de Programa 1	1.200.000		
03	09	05	02	00	00	Programa de Solidariedade e Accao Social			
03	09	05	02	01	00	Subsidios as Instituicoes e Organizacoes de Solidariedade Social	1.500.000		
03	09	05	02	02	00	Cesta básica	2.500.000		
03	09	05	02	03	00	Projecto «Centro de dia para idosos»	10.000.000		
03	09	05	02	04	00	Compaticipacao no Funcionamento de estabelecimentos de acolhimento de Estudantes pobres	1.500.000		
03	09	05	02	05	00	Atendimento de necessidades especificas dos portadores de deficiencia	1.500.000		
						Total	17.000.000		
03	09	05	03	00	00	Combate à exclusão educativa			
03	09	05	03	01	00	Fornecimento de materiais didaticos e uniformes a estudantes pobres do Ensino Básico e Secundário	1.000.000		
03	09	05	03	02	00	Programa de transporte escolar para estudantes do Ensino Secundario	7.000.000		
03	09	05	03	03	00	Programa de Re-inserção Escolar e Profissional	6.000.000		
						Total	14.000.000		
03	09	05	03	03	00	Promocao Habitacional			
03	09	05	03	03	00	Programa «Seguranca Habitacional»	70.000.000		
03	09	05	03	03	00	Parceria com a Loid Engenharia na produção de habitacao para jovens	15.000.000		
03	09	05	03	03	00	Parceria com o governo no quadro do programa «Casa para todos»	25.000.000		
						Total	110.000.000		
03	09	05	04	00	00	Equidade de Genero			
03	09	05	04	01	00	Parceria com a MORABI e a ASDIS para micro-crédito AGR	7.500.000		
03	09	05	04	02	00	Intecambio com ONGs na Promocao da mulher	500.000		
						Total	8.000.000		
						Total de 03 09 05 00 00	150.200.000		
03	09	06	00	00	00	Saúde			
03	09	06	01	00	00	Apoio social aos portadores de HIV-SIDA e outros doentes pobres	800.000		
03	09	06	02	00	00	Projecto «Intervencão social nas comunidades»	2.000.000		
03	09	06	03	00	00	Parceria com a Delegacia de Saude em programas e campanhas de prevençao (Dengue, Paludismo, HIV)	1.000.000		
03	09	06	05	00	00	Programa «Saúde Mental»	3.000.000		
03	09	06	07	00	00	Campanha de saude oral para criancas pobres	400.000		
						Total	7.200.000		
						Total de 03 09 06 00 00	7.200.000	0,60%	0,40%
03	09	07	00	00	00	ÁGUA, ENERGIA E AMBIENTE			
03	09	07	01	00	00	ILUMINAÇÃO PÚBLICA(ENERGIA)			
03	09	07	01	01	00	Projecto Iluminação pública de Assomada com energia fotovoltaica	13.000.000		
03	09	07	01	02	00	Projecto de iluminação dos cemiterios do concelho com energia fotovoltaica	5.000.000		
03	09	07	01	03	00	Projecto de iluminação do Polidesportivo de Nhagar e dos polivalentes do concelho com energia fotovoltaica (Assomada, Gil-Bispo, Figueira das Naus, Ribeira da Barca, Achada Galego, Achada Lém)	15.000.000		
						Total	33.000.000		
03	09	07	02	00	00	GESTÃO AMBIENTAL			
03	09	07	02	01	00	Campanha de sensibilização dos moradores de Assomada e de outros pontos do concelho para as questões ambientais	2.000.000		
03	09	07	02	02	00	Reabilitação dos espaços verdes já existentes			
03	09	07	02	03	01	Criação e manutenção de novos espaços verdes	7.839.424		
03	09	07	02	04	02	Apoio a familias pobres na construção de casas de banho	5.000.000		
03	09	07	02	05	03	Apoio para auto-construção assistida de cisternas familiares	15.000.000		
03	09	07	02	06	04	Construção de cisternas comunitárias			
						Total	29.839.424		

Class. Econ.					Descrição	Previsão Ano 2011	Peso Orç Investimento	Peso Orçamento
					Total de 03.09.07.00	62.839.424		
03	09	08	00	00	BOMBEIROS E PROTECÇÃO CIVIL			
03	09	08	01	00	Implementação do Serviço Municipal de Operações de Emergência de Protecção Civil			
03	09	08	01	01	Requalificação do Espaço para bombeiro	2.000.000 ECV		
03	09	08	01	02	Equipamento do Espaço	1.500.000 ECV		
03	09	08	01	03	Formação da Equipa	1.000.000 ECV		
					TOTAL	4.500.000 ECV		
03	09	08	02	00	Formação e Implementação de Piquete			
03	09	08	02	01	3. Formação e Instalação da Equipa	1.000.000 ECV		
03	09	08	02	02	Intervenção antes, durante e após Emergência	10.000.000 ECV		
03	09	08	02	03	Aquisição de Materiais de Funcionamento da Piquete	10.000.000 ECV		
					TOTAL	21.000.000 ECV		
03	09	08	03	00	Instalação do Corpo de Comando de Bombeiros			
03	09	08	03	01	Reforço e Equipamento da Corporação de Comando	2.000.000 ECV		
03	09	08	03	02	Instaão do Corpo de Comando	800.000 ECV		
					TOTAL	2.800.000		
					TOTAL de 03 09 08 00 00	28.300.000	2,37%	1,57%
03	09	09	00	00	DESPORTO			
03	09	09	01	00	Desporto e Tempos Livres			
03	09	09	02	00	Desenv. de actividades desport.recreativas			
03	09	09	04	00	Gala desportiva	500.000		
03	09	09	11	00	Elaboração carta politica desportiva	1.000.000		
03	09	09	13	00	Construção de percursos e espaços de manutenção física	3.000.000		
03	09	09	14	00	Criação de escolas de desporto	3.000.000		
03	09	09	17	00	Implementação do plano de gestao do Polidesp de Nhagar	3.000.000		
03	09	09	18	00	Impl plano de gestão do Estádio Municipal de outros	1.000.000		
					Total de 03 09 09 00	11.500.000	0,96%	0,64%
03	09	10	00	00	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR			
03	09	10	01	00	Reforço do Ensino Pré-Escolar			
03	09	10	01	01	Confirmação das estatísticas das crianças	100.000		
03	09	10	01	02	Levantamento do estado do edificio	0		
03	09	10	01	03	Levantamento da situação de logisticas	100.000		
03	09	10	01	04	Organização e gestão dos RH	0		
03	09	10	01	05	Aplicação do balancete administrativo	0		
					Total	200.000		
03	09	10	02	00	Consolidação do Ensino Pré-Escolar			
03	09	10	02	01	Elaboração do plano de obra/ e projectos de reabilitação de jardins infantis			
03	09	10	02	02	Construção e reparação do jardim infantil	0		
03	09	10	02	03	Prog de Sensib junto da Comunidade (IEC)	200.000		
03	09	10	02	04	Ligaç e Abast de águas aos jardins Infant	300.000		
03	09	10	02	05	Construção de reservatorios de água	2.000.000		
03	09	10	02	06	Construção e Reparação de casas de banhos	3.000.000		
03	09	10	02	07	Ligação de luz eléctrica aos jardins de Infancia	800.000		
					Total	6.300.000		
03	09	10	03	00	Elaboração do plano de apetrechamento nos jardim infantil			
03	09	10	03	01	Aquisição de Equipamentos para jardins como brinquedos, materiais didáticos, pedagogicos e mobiliarios	5.000.000		
03	09	10	03	02	Parcerias e protocolos com as instituição pública e privadas de diferentes entidades para apetrechamento do jardim infantil	300.000		
03	09	10	03	03	Apoio as cantinas dos jardins infantis	80.000		
					Total	5.380.000		
03	09	10	06	00	Elaboração do Plano de Acção Social			
03	09	10	06	01	Formação continua das monitoras	200.000		
03	09	10	06	02	Apoio à formação de monitoras e orientação politica de formação	500.000		
					Total	700.000		
					Total de 03 09 10 00 00	12.580.000	1,05%	0,70%
					Total de investimentos	1.195.590.922	100%	66,14%
					Total Geral de Despesas	1.807.618.823,00		

O Presidente da Assembleia Municipal de Santa Catarina de Santiago, *José Maria dos Reis Martins*.

FAÇA OS SEUS TRABALHOS GRAFICOS NA INCV



NOVOS EQUIPAMENTOS NOVOS SERVIÇOS DESIGNER GRÁFICO AO SEU DISPOR



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: incv@gov1.gov.cv
Site: www.incv.gov.cv

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS

	Para o país:		Para países estrangeiros:	
	Ano	Semestre	Ano	Semestre
I Série	8.386\$00	6.205\$00	I Série	11.237\$00 8.721\$00
II Série.....	5.770\$00	3.627\$00	II Série.....	7.913\$00 6.265\$00
III Série	4.731\$00	3.154\$00	III Série	6.309\$00 4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTA NÚMERO — 480\$00